



MESTRADO

PATRIMÓNIO, ARTES E TURISMO CULTURAL

Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar

Catarina da Conceição Fonseca Lourenço
dos Santos

01/2021

Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Catarina da Conceição Fonseca Lourenço dos Santos

Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural

Orientação: Prof. Doutor Amândio Jorge Morais Barros

Prof.^a Doutora Maria José Freitas Borges de Araújo

Porto, janeiro de 2021

À Sara, à Lídia e ao Joel

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família; às minhas colegas e amigas revivianas e às minhas colegas e amigas de mestrado, por todos os incentivos dados.

Agradeço também aos meus orientadores, Professor Amândio Barros e, em especial, à Professora Maria José Borges, pela assertividade, ajuda e paciência durante este percurso.

RESUMO ANALÍTICO

O projeto de criação de um Centro Interpretativo em Gondomar, que designamos a “Casa do Ourives”, constitui-se como possibilidade de criar um local de exposição de diversos artefactos da cultura material e ainda do património imaterial, através de testemunhos da comunidade. Com este projeto espera-se contribuir para divulgar e disseminar junto da população local, mas também junto de outros visitantes nacionais e internacionais, as memórias e o património cultural da região, como parte da história de Gondomar dando-lhe visibilidade e reconhecendo a sua importância e valor.

O objetivo principal foi trabalhar temáticas ligadas ao património deste concelho, para a preservação das memórias ainda existentes, de modo a perpetuar o legado das gerações produtoras mas também consumidoras. Ao mesmo tempo, pretendeu-se desenvolver um espaço cultural que revelasse a historicidade e importância da produção da ourivesaria em Gondomar, realçando peças e artífices.

A estratégia de implementação e programação passou pela diversificação das fontes investidoras, fidelização de parcerias, envolvimento da comunidade local, através de um plano de comunicação que chegasse a todo o tipo de públicos.

Palavras-Chave: ourivesaria, património, educação, Casa do Ourives e Gondomar

ABSTRACT

The project to create an Interpretative Center in Gondomar, called “Casa do Ourives”, constitutes a possibility to create a place for the exhibition of material and immaterial culture, through the testimonies of the community. This project is expected to contribute to communicate and disseminate the memories and cultural heritage of the region to the local population, but also to other national and international visitors, as part of the history of Gondomar, giving it visibility and recognizing its importance and value.

The main objective was to work on themes related to the intangible heritage of this municipality, for the preservation of the still existing memories and cultural education, in order to perpetuate the legacy of the producing generations. At the same time, it was intended to develop a cultural space that would reveal the historicity and importance of the jewellery production in Gondomar, highlighting pieces and craftsmen.

The implementation and programming strategy involved diversifying investor sources, building partnerships, involving the local community, through a communication plan that reached all types of audiences.

Keywords: Jewellery, heritage, education, Casa do Ourives and Gondomar.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Oficinas existentes em Gondomar em 1881

Tabela 2: Tabela comparativa de resultados das estatísticas das peças contrastadas em 1929 e em 2019

LISTA DE SIGLAS

ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gondomar

AMP – Área Metropolitana do Porto

AORP – Associação de Ourivesaria e Relojoaria do Porto

CICOG – Centro Interpretativo Casa Do Ourives de Gondomar

CIMOCCB – Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas

CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria

CMG – Câmara Municipal de Gondomar

DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

MIP – Monumento de Interesse Público

PCI – Património Cultural Imaterial

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
1. APROXIMAÇÃO AO TEMA E NOTA METODOLÓGICA.....	13
1.1. CENTRO INTERPRETATIVO CASA DO OURIVES DE GONDOMAR.....	13
1.2. OBJETIVOS.....	15
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	17
2.1. IMPORTÂNCIA DE UM CENTRO INTERPRETATIVO.....	17
2.2. A HERANÇA CULTURAL: PATRIMÓNIO CULTURAL, PATRIMÓNIO MATERIAL E PATRIMÓNIO IMATERIAL.....	21
2.3. CULTURA, HERANÇA CULTURAL E NOVAS GERAÇÕES	25
3. CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR.....	28
3.1. REFERÊNCIAS A GONDOMAR E HISTÓRIA	28
3.2. GONDOMAR NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO.....	30
3.3. FATORES DE ATRATIVIDADE.....	31
4. A OURIVESARIA/ AS OFICINAS/ OS ARTISTAS.....	36
4.1. A OURIVESARIA – HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO, O CASO DE GONDOMAR.....	36
4.2. O OFÍCIO DE OURIVES –A ORGANIZAÇÃO, A APRENDIZAGEM E AS OFICINAS	42
5. AS INSTITUIÇÕES.....	52
5.1. ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DE PORTUGAL.....	52
5.2. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GONDOMAR	54
5.3. CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA	55
5.4. MUSEU MINEIRO DE SÃO PEDRO DA COVA, S. PEDRO DA COVA.....	57
5.5. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS MINAS DE OURO DE CASTROMILE BANJAS, SOBREIRA - PAREDES.....	59
5.6. MINAS DE OURO DE CASTROMIL.....	60
5.7. DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE.....	60
6. CENTRO INTERPRETATIVO CASA DO OURIVES DE GONDOMAR.....	62
6.1. CONCEPTUALIZAÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO	65

6.1.1 Designação	65
6.1.2 Principais intervenientes	65
6.1.3 Fases ou etapas de criação.....	65
6.2. LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE DA INSTITUIÇÃO.....	65
6.2.2 Envolvente natural e espacial	66
6.2.3 Envolvente humana e social	66
6.3. ACERVO/VALORES PATRIMONIAIS.....	66
6.3.1 Campo disciplinar do Centro de Interpretação.....	66
6.3.3 Temas	67
6.3.4 Investigação, documentação e inventariação	67
6.3.5 Conservação, proteção e salvaguarda.....	68
6.4. OBJETIVOS.....	68
6.4.1 Objetivo principal.....	68
6.5. ESTRUTURA FUNCIONAL E DISCIPLINAR.....	68
6.5.1 Disciplinas e áreas disciplinares.....	68
6.5.2 Funções instaladas.....	68
6.5.3 Atividades de base.....	69
6.6. ARQUITETURA: INFRA-ESTRUTURA E ÁREAS FUNCIONAIS	69
6.6.1 Edifícios e espaços	69
6.6.2 Estrutura e organização territorial	69
6.6.3 Espaços e funções.....	70
6.7. MODELOS DE GESTÃO	70
6.7.1 Tutela e estrutura orgânica.....	70
6.7.2 Órgãos de gestão.....	70
6.7.3 Instrumentos de gestão	70
6.7.4 Recursos humanos.....	70
6.7.5 Recursos económicos.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
WEBGRAFIA.....	81

INTRODUÇÃO

Este documento corresponde ao projeto de dissertação realizada para a obtenção do grau de mestre em Património, Artes e Turismo Cultural pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e cujo tema é um projeto de criação para um centro interpretativo em Gondomar, em torno do ofício do ourives.

A ideia para este projeto partiu de um trabalho de pesquisa realizado no primeiro ano do mestrado, na disciplina lecionada pelo meu orientador Professor Amândio Barros, relativo precisamente ao tema aqui exposto. Em simultâneo, a participação no desenvolvimento de um produto cultural, na unidade curricular lecionada pela minha orientadora, a Professora Maria José Araújo, foi necessário pensar na criação de um evento que mobilizasse toda uma comunidade e implicasse a participação de vários públicos, despertando a vontade de trabalhar com uma comunidade.

No mesmo ano, tendo feito parte de um projeto profissional, que implicou a transformação de um edifício religioso num centro interpretativo, foi possível observar a transformação de um espaço muito “debilitado” num espaço vivo, de transmissão e partilha de conhecimentos.

Simultaneamente, vivendo em Gondomar e tendo noção da inexistência de um museu ou de um espaço expositivo ligado à principal atividade do concelho, pareceu-nos importante tentar contribuir.

Por estes fatores, fomos levados a desenvolver uma pesquisa exaustiva sobre a existência de Centros Interpretativos por todo o país, de modo a selecionar o tipo de estrutura e património que pretendemos com este projeto divulgar a preservar. Assim, decidimos que o foco principal deste projeto seria o ofício de ourives, devido ao fato do concelho de Gondomar estar ligado há muitos anos à produção de ourivesaria, e ser nosso dever preservar essa herança cultural.

No decorrer de todo o trabalho, foi importante o entendimento dos conceitos de património cultural, material e imaterial, bem como sobre cultura e herança cultural, uma vez que se pretende que o projeto tenha sustentação teórica.

Deste modo, o presente documento, inicia-se por uma reflexão sobre as noções referidas; posteriormente, revela-se algum do conhecimento adquirido sobre o concelho de Gondomar, e de seguida concentramo-nos no tema da ourivesaria e do ofício de ourives.

Tendo as questões mais teóricas já abordadas, passa-se à identificação de instituições que consideramos estratégicas no estabelecimento de parcerias, para a nossa unidade interpretativa, e por último, apresenta-se o Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar, definindo a missão, os objetivos e a conceptualização do mesmo.

1. APROXIMAÇÃO AO TEMA E NOTA METODOLÓGICA

1.1. CENTRO INTERPRETATIVO CASA DO OURIVES DE GONDOMAR

Um projeto para a criação de um centro que permita assegurar a preservação do património imaterial

O património imaterial, constitui o *património comum da Humanidade e deve ser reconhecido e afirmado em benefício das gerações presentes e futuras* (Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural, 2001), daí a importância da sua salvaguarda.

A criação de um centro interpretativo em Gondomar constituiu-se como uma estratégia fundamental na conservação da memória da comunidade local, e ao mesmo tempo permitirá divulgar e difundir o património imaterial inerente ao concelho. Os edifícios, as histórias de vida das populações rurais e urbanas, os seus utensílios de trabalho nos mais variados setores, são património valioso. A memória coletiva de uma determinada população estende-se aos territórios onde vive, aos seus monumentos, aos vestígios do passado e do presente, aos seus problemas, à cultura material e imaterial e às pessoas.

Um centro de interpretação poderá ser uma instituição viva e interveniente; um espaço polivalente de animação; um recurso inevitável das escolas; uma ponte na vida de uma comunidade local, entre o passado e o presente. Mais do que um museu, poderá ter um papel ativo, interveniente, mobilizador, ser um espaço de animação e educação, educando e envolvendo a comunidade no seu todo, ajudando na formação integral de alunos, e da comunidade em geral.

O CICOG poderá incluir e desenvolver através da procura, descoberta, pesquisa e divulgação a memória coletiva das pessoas da região, criando raízes cada vez mais fortes com os vestígios do passado e enaltecendo a história local.

Qualquer objeto de estudo da região é esclarecedor das relações existentes entre os vários elementos da comunidade e dos seus modos de vida, ao mesmo tempo que qualquer objeto de investigação é tema para uma exposição. Um visitante, ao ser confrontado com determinados temas, com o diferente, com o imprevisto, com a criatividade em ato, com a possibilidade de experimentar, vai aprender e apreender conhecimento e cultura. A eventual disponibilidade da informação escrita e visual sobre a ourivesaria do presente e passado, possibilitará a perpetuação do ofício do ourives, e conseqüentemente do património imaterial de Gondomar.

Esta unidade interpretativa possibilitará a construção da memória do território e das pessoas que o habitam, através do seu envolvimento das comunidades locais e participação em processos de recolha, registo e mediação; promoverá junto dos visitantes temporários uma relação de pertença ao território, por via da experiência de visita, despoletando reações pós-visita que permitam promover a continuidade desta relação de pertença, entendendo-a como essencial para uma cidadania ativa e participativa.

A instituição deverá ajudar a compreender a memória de Gondomar, promovendo uma cultura de diversidade, que conheça a história e tradições deste concelho, bem como dos artistas, artesãos, e comerciantes que “escreveram” o passado, e muito especificamente da indústria/produção da ourivesaria.

A Casa do Ourives deverá ser um local onde se preservem e “trabalhem” as memórias ligadas ao ofício de ourives, à ourivesaria e às diversas famílias e pessoas que se dedicaram a este ramo.

O Centro Interpretativo que projetamos pretende transmitir conhecimento através da interpretação, promover a cultura, preservar e divulgar a memória, o património e a história de Gondomar.

Com este projeto pretende-se que o CICOG se constitua como um lugar de encontro da comunidade, permitindo a valorização do passado e presente. Pretendemos que a experiência da visita seja muito dinâmica, que possibilite muitas vezes a participação de artífices, como artistas e como guias, de visita e de partilha, para facilitar o envolvimento dos públicos e perpetuação da memória.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral: estudar a história e dinâmica da arte de ourivesaria de Gondomar divulgando e disseminando junto da comunidade, como património cultural.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Contribuir para a compreensão, valorização e interpretação da arte da ourivesaria em Gondomar;
- Criar condições de preservação e divulgação das memórias dos artífices; das instituições e da população, no que à ourivesaria diz respeito;
- Reunir toda a informação relevante disponível sobre a herança patrimonial, e sobre o tema da produção e venda de ourivesaria em Gondomar;
- Divulgar o interesse patrimonial desta região.
- Promover a coesão entre os residentes, envolvendo e integrando as diversas comunidades num projeto comum, para a preservação da cultura local, e dos bens culturais/imateriais existentes;
- Fomentar a consciencialização para a proteção de um legado comum, que faz parte de várias gerações de gondomarenses;
- Aumentar o fluxo de turistas culturais, estabelecendo sinergias com os concelhos vizinhos e complementando-se com as rotas já existentes;
- Fomentar a criação de oportunidades de lazer e simultaneamente de aprendizagem informal.

¹Rota da Filigrana; Rota Criativa; Serras do Porto, entre outras.

2.3. Nota metodológica

Optámos por uma metodologia qualitativa recorrendo a técnicas de recolha de dados: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica de obras relacionadas com a história da ourivesaria em Gondomar; inquérito por questionário na rede social *facebook*; inquérito por entrevista a profissionais da área (informantes privilegiados); leitura de entrevistas a profissionais da área e observação participante (em eventos e exposições já realizadas sobre esta temática).

Após a recolha de dados, foi feita análise de conteúdo e triangulação da informação para garantir maior objetividade e conhecimento da temática.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1. IMPORTÂNCIA DE UM CENTRO INTERPRETATIVO

A consciência patrimonial é um fenómeno antigo que desenvolveu diversas estratégias preservacionistas, nomeadamente a conservação do património, que por si só não basta para mantê-lo; é necessário que se desenvolva uma política cultural que assegure a preservação de bens, lugares, e da história, de modo a que tudo isso perdure, e seja sempre valorizado.

A gestão do património, a que se dedicam as instituições competentes, tem como responsabilidade dar a conhecer ao público os bens patrimoniais, e torna-los acessíveis em todo o mundo. No entanto,

Sem que a sociedade use o seu património, sem que dele necessite, sem que o recupere e o integre nas suas formas de vida, sem que volte a ser algo quotidiano e próximo, sem que oreivindique como um direito, não há futuro para o património. (Maria Luisa Cerrillos, apudHernández et Tresserras, 2005,5)

Esta parece ser uma afirmação que explica a necessidade do aparecimento dos Centros Interpretativos, espaços de explicação narrativa, com objetivo principal de incentivar a reflexão sobre temáticas patrimoniais; de promover a salvaguarda e motivar diferentes públicos para as temáticas do respetivo programa museológico.

Divulgar e difundir o património histórico, cultural, natural ou imaterial, não é exclusivamente comunicar a informação inerente a um objeto, coleção, museu ou lugar, é estimular e fazer refletir, provocar e comprometer. Para isso dispomos da interpretação. Daqui surge provavelmente a primeira grande diferença entre um Museu e um Centro Interpretativo: a exposição de um tema (ou vários), de uma obra, ou coleção, (como sempre estivemos habituados) e explicação e interpretação dos mesmos. Num Museu teremos o acesso regular a algo que podemos ou não compreender, apreciar ou nem tanto; mas num Centro Interpretativo é, provavelmente, mais fácil ficar a conhecer e compreender fenómenos culturais, sociais e naturais, através do contacto direto ou de recriação dos mesmos.

Um Centro Interpretativo tem a finalidade de dinamizar o património no seu contexto natural, deforma a que se tome consciência efetiva do legado histórico e cultural em que se está presente.

A interpretação implica a apresentação e o uso social do património, e a recuperação e contextualização *in situ*, para que os visitantes possam aceder ao património, através de “chaves” para uma leitura com significado e vivência, identificação e compromisso.

Freeman Tilden defende na sua obra de 1957, *Interpreting Our Heritage*, que informação não é interpretação, mas que a interpretação é sim uma forma de revelação, baseada na informação; e que deve tocar questões relacionadas com a personalidade e a experiência do visitante, provocando-o até, e que no que respeita às crianças, a apresentação dos temas não deve ser uma simplificação do que é transmitido aos adultos, mas antes uma aproximação adequada do tema.

Tilden que em 1957 faz esta abordagem no sentido de apontar estratégias para a conservação e difusão dos valores naturais dos parques nacionais dos Estados Unidos, é considerado completamente atual.

Por sua vez, Morales Miranda em 1998, no *Guía práctica para la interpretación del patrimonio*, sublinha que a interpretação é um ato de transferência cultural que pode ser tão antigo como a humanidade.

Os Museus mais tradicionais como sempre os conhecemos, apresentam normalmente as obras ou coleções de uma forma expositiva, que segue uma lógica temporal/cronológica, ou uma lógica tipológica, ou outras, mas de um modo tradicional. Este tipo de apresentação, e de instituição, sofreu na década de noventa, em toda a Europa continental, uma crise devido precisamente a esses métodos e políticas tradicionais. Desta crise surgiram debates e ideias que vieram propor uma nova museologia.

Em 1995 deu-se em Barcelona o IV Congresso Mundial de Interpretação do Património cuja conclusão principal foi a tomada de consciência da necessidade de planificar a interpretação a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável do património, baseado num equilíbrio entre a qualidade dos recursos patrimoniais, a qualidade da experiência do visitante e a qualidade de vida da população local.

Atualmente, a estratégia de interpretação consolida-se em iniciativas de desenvolvimento local e regional, especialmente relacionadas com o turismo cultural, rural e ecológico. A interpretação do património aparece como resposta à necessidade de cada território se posicionar face aos seus “competidores” vizinhos. Por isto, vemos a criação e existência deste tipo de instituições multiplicar-se: não será este o único motivo de aparecimento destes lugares de interpretação,

mas será com este objetivo primordial de que entidades públicas e privadas, Igreja, associações culturais e locais, entre outros, vêem aqui a hipótese de ter acesso a meios económicos, que com outro objetivo não seriam atribuídos.

Relativamente aos Centros Interpretativos, podemos dizer que “uma abordagem participativa” não significa apenas incluir um maior número de partes interessadas, mas também enfatizar a perspetiva do visitante, de modo a que aprenda e se comprometa, e por isso recorrem normalmente a uma exposição cenográfica, com apoio de recursos/elementos tecnológicos e audiovisuais para promover e incitar à descoberta do património.

No panorama nacional existem diversos espaços deste género espalhados por todo o país, desde as zonas mais metropolitanas, até às zonas mais afastadas no interior. Existem edifícios recuperados só para este efeito, e na maioria dos casos, estes centros nascem da requalificação de edifícios antigos.

As unidades interpretativas são concebidas, muitas vezes, como um produto em si mesmo, respondendo a uma oportunidade que pode ser turística (para captar mais visitantes), financeira (se dispõe de fundos para isso), económica (se é um bom negócio), política (para capitalizar eleitoralmente) ou outras, e são quase sempre estruturas de grande valorização regional.

O desafio é aproveitar todas as oportunidades de um modo planificado, porque normalmente quando se decide a construção de centro destes não se pensa muitas vezes na intensidade de uso, desgaste, manutenção e reposição de materiais. Ao mesmo tempo é fulcral dotar estas instituições com recursos e meios de interpretação, conscientes dos objetivos que se pretendem alcançar.

São exemplos de diferentes tipos de Centros Interpretativos o Centro Interpretativo do Monte Padrão em Santo Tirso, edifício construído de raiz para a musealização e valorização de uma estação arqueológica existente, e o Centro Interpretativo dos Mouros em Sintra, instalado no Castelo dos Mouros, onde já existia um Centro de Interpretação da História.

A par com estas estruturas, existem também núcleos museológicos, percursos interpretativos, geosítios, entre outras situações mais particulares, que também implicam a interpretação.

Afastando o conceito de Museu, que se trata de uma instituição de carácter permanente que não cabe nos objetivos principais deste projeto, definimos agora os núcleos museológicos, que são normalmente locais ou instalações onde através da interpretação se remete para a

compreensão de determinados fenómenos culturais, sociais e naturais, através do contacto direto ou da recriação dos mesmos, e serve aqui de exemplo o Núcleo Museológico do Piódão, que se situa na típica aldeia de xisto, recuperada, e considerada “histórica”; e outro exemplo pode ser o Núcleo Museológico de Lousado que está instalado na estação de caminhos de ferro, em Guimarães. Estes exemplos permitem perceber que todo o tipo de património é valorizável e possível de musealizar.

Por sua vez, os percursos interpretativos, permitem através do contacto com a natureza, dar a conhecer os valores naturais e culturais de uma área protegida, como são exemplos o percurso interpretativo Grande Rota do Zêzere, no município de Manteigas, ou o percurso interpretativo da Ecologia do Carvalhal no Parque Nacional da Peneda Gerês.

Existem ainda os geo sítios, que são normalmente infraestruturas criadas para a interpretação ambiental, e que têm como grande objetivo a proteção e o desenvolvimento sustentável, correspondendo a uma área territorial com limites claramente definidos, e que inclui um notável património. Aqui serve de exemplo o *GeoPark* de Arouca que tem um património geológico excecional, é reconhecido internacionalmente, e tem como propósito a geoconservação, a educação para o desenvolvimento sustentável e o turismo.

Neste ponto é ainda de referir que incentivados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia têm sido criados nos últimos anos alguns Centros de Ciência Viva, que querem ser espaços abertos a toda a população, tendo como principal finalidade serem (...) *espaços interativos de divulgação científica e tecnológica distribuídos pelo território nacional, que pretendem funcionar como plataformas de desenvolvimento regional – científico, cultural e económico – através da dinamização dos atores regionais mais ativos nestas áreas*(Lei nº47/2004 de 19 de Agosto).

O alargamento da noção de património e do conceito de museu levou a que a Lei de quadro dos Museus Portugueses reforçasse a importância atribuída às atividades orientadas para os visitantes, e todos estes exemplos que apresentamos anteriormente, como alternativas ou derivações do conceito de centros interpretativos são hoje essenciais em espaços que se querem abertos à sociedade, que pretendem ter uma função educativa incentivando a participação de todos, e que através de uma educação permanente desejam estimular o conhecimento e o empenhamento dos cidadãos na salvaguarda do património de cada comunidade.

2.2. A HERANÇA CULTURAL: PATRIMÓNIO CULTURAL, PATRIMÓNIO MATERIAL E PATRIMÓNIO IMATERIAL

As noções ligadas ao património, o conceito de património a que se dá hoje importância, e as medidas que vão sendo tomadas em relação ao património têm uma história que vem sendo construída há já algum tempo.

O Património é comumente reconhecido como o conjunto de todos os bens móveis e imóveis, manifestações populares, cultos e tradições, que são reconhecidos de acordo com a sua ancestralidade, importância histórica e cultural.

Consideram-se bens móveis todas as espécies artísticas, etnográficas, científicas/técnicas, arqueológicas, arquivistas, audiovisuais, bibliográficas, fotográficas e fonológicas e bens imóveis castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e locais dotados de expressivo valor para a história, arqueologia, paleontologia e ciência em geral. Por último, consideram-se bens imateriais a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes.

No início do séc. XX, havia já em vários países alguma legislação relativa à proteção do património. Em Portugal, por exemplo, surgiu na primeira metade do séc. XVIII uma lei relativa à conservação dos monumentos. No entanto, é em 1931 surge a primeira Carta internacional onde se refere a importância de preservar e zelar pela salvaguarda dos monumentos. Baseando-se nas teorias de Gustavo Giovannoni², a Carta de Atenas é o primeiro documento onde se apela aos poderes públicos para que sensibilizem os povos para a proteção dos testemunhos históricos.

Nas Conclusões do encontro internacional realizado em Atenas sobre o Restauro dos Monumentos (1931), o Conselho recomenda o respeito na construção dos edifícios, pelo carácter

²Gustavo Giovannoni (Roma 1873 - 1947) foi arquiteto e engenheiro, cuja carreira se destacou na área do restauro arquitetónico e urbano. O seu legado vai desde a criação de um Instituto Nacional de Restauro, em Itália, bem como uma escola de pós-graduação, uma revista nacional, uma associação e um centro de pesquisa nacional.

e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. E defende também, que alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas.

Os membros da Conferência Internacional de Atenas estão convictos de que a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras artísticas, vem do respeito e do empenhamento dos próprios povos e, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, faz votos para que os educadores habituem a infância e a juventude a abster-se de degradar os monumentos quaisquer que sejam, e lhes transmitam o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de todas as civilizações.

Estes dados, são assim as primeiras reflexões tomadas internacionalmente para a salvaguarda do património cultural, e revelam uma modernidade na postura adotada em relação ao património e à sua preservação.

Em 1945 é fundada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO. Esta agência, com sede Paris, pertence às Nações Unidas e tem como objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo através de cinco grandes programas, que são: a educação, as ciências naturais, as ciências sociais/humanas, a cultura e a comunicação/informação.

Atualmente a UNESCO patrocina vários projetos, entre os quais de história regional e cultural, promoção da diversidade cultural, e estabelece acordos de cooperação internacional para garantir a proteção do património cultural e natural mundial.

Com este objetivo, na Conferência Geral de 1972, a UNESCO estabeleceu a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, onde considera património cultural os monumentos, os conjuntos e locais de interesse, como consta no artigo 1º:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Na mesma Convenção define o património natural, no artigo 2º como:

monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

Em 1989 surge a recomendação para a salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, onde ficam claramente definidos novos campos da cultura a preservar:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes. UNESCO_Recomendação_1989

Da Conferência realizada em 2001 pela UNESCO, resultante de várias reflexões sobre as particularidades de cada povo/comunidade/cultura, é redigida a declaração sobre a diversidade cultural, cujo 1º artigo refere que:

A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no carácter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras.

No artigo 3º, relativamente à diversidade cultural como fator de desenvolvimento, a declaração afirma que:

A diversidade cultural alarga o leque de opções à disposição de todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória.

Em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, a UNESCO discute a importância do património cultural imaterial, como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos, e a urgência em desenvolver mecanismos para a proteção, preservação e divulgação do património imaterial, que está aí definido, no primeiro ponto do artigo 2º como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.

Referimo-nos até agora às questões do património cultural, e imaterial, fazendo um breve resumo das medidas que internacionalmente foram sendo tomadas, no que respeita à definição, proteção e salvaguarda dos mesmos.

Partindo do pressuposto que o valor do Património Cultural e do Património Imaterial (PCI) é sempre considerado como de ampla importância, reconhecemos que as convenções e declarações resumem o desejo de salvar tudo o que pode vir a desaparecer, o que alguns autores consideram como uma mentalidade preservacionista moderna, centrada nas ideias de perda e trauma, recuperação e revitalização (Duarte, 2009, 41-61)

Quando em 2003 a noção de PCI é inventada, a criação deste novo conceito vem suprir as limitações da Convenção de 1972, significando ao mesmo tempo a emergência de um novo discurso sobre o património, abarcando monumentos e sítios, mas também práticas e crenças que precisam ser sustentadas e perpetuadas pelas respetivas comunidades locais, cuja participação é “agora”(em 2003) reconhecida como essencial à transmissão do património imaterial, que precisa necessariamente ser mediado pela ação humana para existir.

De um modo geral, concordamos que a salvaguarda do património imaterial, ou de outro património, encontra na sua documentação e registo um auxiliar precioso, nomeadamente de sensibilização; mas, em simultâneo nenhum levantamento do

património, por mais exaustivo que seja, assegura a sua renovação, e menos ainda, a sua renovação participada. É necessário não ficarmos simplesmente pela ideia de preservação como conservação, mas sim como instrumento indispensável para o desenvolvimento dos sentidos de continuidade e identidade cultural das comunidades e indivíduos.

Para que se possa chegar a práticas patrimoniais e museológicas alternativas em relação às meramente preservacionistas, e para que o elemento patrimonial possa ser tido como uma entidade viva, é necessário que as medidas normativas de preservação permitam estabelecer novas “conexões criativas com o passado” (Lowenthal, 1985, 364), por forma a obter a participação e adesão das respetivas comunidades praticantes para explorar a herança cultural.

É precisamente o objetivo maior do nosso projeto, estabelecer com a comunidade local de Gondomar e também com diferentes públicos, ligações criativas com o passado, de maneira a obter a participação de todas na divulgação e propagação da identidade cultural deste Concelho.

2.3. CULTURA, HERANÇA CULTURAL E NOVAS GERAÇÕES

A cultura é uma expressão da construção humana, é construída através do diálogo entre as pessoas no dia a dia. Nessa interação social são construídos símbolos e significados que têm sentido para as pessoas, e são compartilhados entre elas. A construção de uma cultura está repleta de elementos e significados, que vão identificar esse povo como pertencente a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-os de outras comunidades, surgindo assim, a identidade cultural. (Arias, 2002, 103)

A questão da memória cultural de um povo, de uma comunidade, prende-se com a história da construção ou da criação da cultura de um povo ou de uma região. Deve-se conhecer e experimentar as outras culturas como forma de valorizar a diversidade cultural dos povos e como enriquecimento cultural.

No entanto, para conhecer e assimilar a história da construção da cultura de outros povos, devemos primeiro conhecer a história da própria cultura, saber como se deu essa construção e

como foi o processo de evolução e desenvolvimento da mesma. Só assim, é possível conhecer e entender outras culturas. Conhecendo a própria cultura, o indivíduo compreenderá a importância de mantê-la viva na memória. Segundo Barros, proteger e valorizar a cultura como forma de preservar o que somos, as nossas características, a nossa identidade, não significa defender o isolamento ou o fechamento ao diálogo com outras culturas, mas sim encontrar meios de promover a sua própria cultura (Barros, 2008,15-22).

Pedroso (1999,32) afirma que um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente as nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação. Percebemos aqui a importância de conhecer as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade.

A cultura é construída a partir das ações e inter-relações sociais. As pessoas fazendo parte de uma sociedade acabam por interagir umas com as outras, trocando ideias e conhecimentos, construindo uma história de vida, onde os hábitos e costumes, manifestações, expressões e sentimentos, constituem a própria cultura.

De acordo com esta perspectiva sociocultural, Vygostky (1998) procurou superar o dualismo estabelecido entre individual e social, natureza e cultura, desenvolvendo a tese de que o ser humano se constitui culturalmente, isto é, a natureza psicológica da pessoa é o conjunto de relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura. A natureza social das funções psíquicas, é para este autor, uma construção primeiramente coletiva, em forma das relações, que depois se constitui como psicológica. A formação das funções psicológicas dá-se por meio do uso de instrumentos culturais (sociais).

Ainda nesta perspectiva, Cole (Cole, et Al. 1984) refere Leontiev como tendo formulado o conceito de atividade como base para uma teoria cultural do conhecimento – a atividade intelectual (interna) e a atividade prática (externa, material) ocorrem em íntima conexão, dentro do sistema de relações sociais.

Assim, de acordo com as relações sociais de cada um, se as pessoas têm conhecimento de suas próprias raízes e conscientemente sabem da relevância das mesmas para suas vidas, passarão a valorizar esse conhecimento transmitindo-o para as gerações futuras, evitando que sejam

esquecidas ou adormecidas. Deste modo, a memória desse povo perpetuará, e a sua cultura será difundida, por meio das suas relações sociais e por meio de uso de instrumentos culturais.

Quem não vive as próprias raízes não tem sentido de vida. O futuro nasce do passado, que não deve ser cultuado como mera recordação e sim ser usado para o crescimento no presente, em direção ao futuro. Nós não precisamos ser conservadores, nem devemos estar presos ao passado. Mas precisamos ser legítimos e só as raízes nos dão legitimidade. (Pedroso, 1999,9)

Acreditamos que é preciso conhecer o início de tudo para entendermos as mudanças culturais que ocorrem no presente e que ocorrerão no futuro. Um projeto sobre memória cultural deve ter por objetivo a promoção disso mesmo, a divulgação do patrimônio e memória locais, de maneira a focar o interesse e motivação dos públicos, trabalhando mentalidades e difundindo cultura.

A importância da cultura no processo de aprendizagem é fundamental. A cultura é a herança social de uma comunidade humana, é um componente ativo na vida do ser humano, e não existe indivíduo no mundo que não possua uma cultura, pois todos somos criadores e propagadores de diversas culturas. Bourdieu afirma que *a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última [...] uma não pode ser pensada sem a outra.*

A cultura é vista assim, como um elemento que nutre todo o processo educacional e que tem um papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado. Autores como Candau (2002,2003) e Forquin (1993), enfatizam a relação entre escola e cultura, sublinhando a importância da cultura no processo de aprendizagem. Da nossa parte, acreditamos que de acordo com estes autores, a cultura é um fenómeno plural, multiforme, dinâmico, que está em constante transformação, e que todos os indivíduos são criadores e propagadores de cultura, participando, portanto, no processo de aprendizagem uns dos outros, mas enfatizamos a relação entre as instituições culturais e cultura. Pelo que é um dos objetivos do nosso projeto, promover e permitir que os indivíduos sejam participantes no processo de aprendizagem sobre acultura local, atentando para as manifestações culturais como forma de educar e socializar públicos. Estes, através da descrição do modo como se adaptam às realidades, normas, valores e crenças, explicam a sua experiência e exprimem a sua criatividade, resultando assim, a propagação da herança cultural que se resume no conjunto de saberes que são passados, seja através dos antepassados, da escola, da história ou das instituições culturais.

3. CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR

3.1. REFERÊNCIAS A GONDOMAR E HISTÓRIA

A origem do topónimo de Gondomar, está associada a um rei visigótico, Flávio Gundemaro, que se encontrava neste território entre os anos 610-612 e terá fundado aí um couto (Oliveira, 1983,175). Em 897 encontra-se nova referência a Gondomar, quando outro rei visigótico, Gundesindo Éris, doa entre vários bens, a Igreja de Santa Eulália de Gondomar, ao Mosteiro de S. Salvador de Lavra, em Matosinhos (*idem*, 20-32).

No séc. XII aparecem várias referências a Gondomar³ e sabemos que em 1193, D. Sancho doa ao Bispo do Porto, Martinho Rodrigues, o couto de Gondomar, já com os limites territoriais bem marcados (*idem*, 17).⁴

A primeira localização de povoamento é considerada como sendo no Monte Crasto (Oliveira, 1983,287),cuja história está associada à cultura castreja.

Foram encontrados vários achados romanos no Concelho, no séc. XX, comprovando a presença desta civilização no território, como acontece na estação arqueológica do Monte Penouço, freguesia de Rio Tinto(Oliveira, 1979,12); nos terrenos do Monte Crasto e freguesia de Melres.

Os romanos terão vivido nesta região essencialmente da vida pastoril e piscatória, e os povos que se seguiram e mais tarde ocuparam a região, possivelmente, instalaram-se fazendo poucas modificações.

A área do concelho de Gondomar passou por várias alterações ao longo dos anos, em 1927 Gondomar é reconhecida como Vila, e em 1989 é elevada a cidade⁵.

³em 1119 o Mosteiro de São Cristovão de Rio Tinto é doado a D. Hugo; em 1133 D.Afonso I doa ao Convento de Cête metade da vila de Leverino, na freguesia de Covelo; em 1138, D.Afonso Henriques doa o couto de Crestuma ao bispo do Porto, que D. Teresa, sua mãe, já havia doado anteriormente a D. Hugo, juntamente com o couto de S. Pedro da Cova.

⁴ Esta doação foi depois confirmada por D. Sancho II e, em 1218 por D.Afonso II. Finalmente, em 1515, D. Manuel I outorga o último foral de Gondomar.

⁵conforme o Projeto de Lei 375/V de 1989

No início do séc. XX, a região de Gondomar era descrita como tendo um relevo bastante acidentado, com serras e vales, terrenos muito férteis para a agricultura, com grandes quintas onde se criava gado bovino destinado à exportação para Inglaterra. Também mereciam referência a pesca e comércio que se fazia por via terrestre e fluvial (Oliveira, 1979, 295), existindo vários cais ao longo do rio Douro, até ao Porto, e circulação de muitos passageiros e grande quantidade de mercadorias. Existia na freguesia de Valbom, uma importante colónia piscatória que representava grande fonte de receita pública (Oliveira, 1983 p.301) tendo sido registadas, em 1881, no *Relatório da Sub-Comissão de Inquérito*, cerca de trezentas embarcações em Gondomar.

A tradição da exploração mineira neste concelho era também muito famosa e lucrativa (Oliveira, 1979, 290), empregando centenas de operários; assim como a produção de ourivesaria, especialmente filigrana, registando-se cerca de noventa oficinas de ourives (*idem*, 302).

Também no início do séc. XX haviam cerca de onze escolas primárias, e nenhuma escola de ensino profissionalizante, (*idem*, 300) revelando um baixo grau de instrução da população, que se dedicaria possivelmente, desde tenra idade a alguma das atividades antes descritas.

3.2. GONDOMAR NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O concelho de Gondomar está integrado no núcleo central da Área Metropolitana do Porto (AMP), sendo considerado o sétimo maior concelho da região, em termos geográficos com 131,9 Km².

O município é limitado a oeste pelo município do Porto, a sudoeste por Vila Nova de Gaia, a nordeste por Valongo e Paredes, a noroeste pela Maia, a sueste por Penafiel e Castelo de Paiva e a sul por Arouca e Santa Maria da Feira.

Atravessado pelo Douro, este rio regista no concelho de Gondomar o seu maior percurso, dentro da AMP. Gondomar tem atualmente sete freguesias, que são: Baguim do Monte; união de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova; união de freguesias de Foz do Sousa e Covelo; Lomba; união de freguesias de Melres e Medas; Rio Tinto; união de freguesias de São Cosme, Valbom e Jovim.

A população com cerca de 168.027 habitantes em 2011⁶, reside num concelho que apresenta uma heterogeneidade territorial bastante marcada; sendo possível identificar territórios com tipologia de áreas urbanas, como Rio Tinto e Baguim do Monte, mas também outras predominantemente rurais como a Lomba, Melres e Covelo.

Existem atualmente no concelho onze agrupamentos escolares, com cento e nove escolas⁷, quarenta e cinco ofertas formativas e catorze mil e vinte cinco alunos, e existe também o CINDOR, com oferta formativa específica na área da ourivesaria, que poderão ser elementos determinantes no desenvolvimento do Centro Interpretativo, visitando, participando e contribuindo com conteúdos, testemunhos e partilha de histórias, ideias e memórias.

⁶Dados dos Censos de 2011. Censos realizados em 1911 registam 283,1 habitantes por km² em Gondomar, num total de 37340,89 habitantes.

⁷No início do séc. XX existiam apenas onze escolas primárias em Gondomar.

3.3. FATORES DE ATRATIVIDADE

No Diagnóstico Social do Município de Gondomar elaborado em 2017, pode ler-se que:

É numa lógica de coesão e articulação territorial bem como na compreensão das relações entre os diversos intervenientes locais que é possível encarar os desafios de desenvolvimento de forma diferenciada e localmente específica. (...) Para a concretização de respostas ajustadas às especificidades de cada território é necessária uma capacidade local de iniciativa, organização e operacionalização (...).

A dinamização de uma economia aberta ao exterior, capaz de gerar riqueza de forma sustentada e melhorar a sua competitividade, está necessariamente ligada ao desenvolvimento económico, social e inevitavelmente, cultural.

A cidade e o concelho de Gondomar, estão hoje bastante desenvolvidos e os fatores de atratividade disponíveis competem seriamente com os de cidades vizinhas, que mais cedo se afirmaram.

Neste sentido, iremos referir-nos em seguida a recursos tangíveis e intangíveis desta região, no que respeita à natureza; monumentos; festividades, feiras e romarias; gastronomia; oferta hoteleira, instituições culturais existentes e acessibilidade no concelho, de modo a sublinhar diversos recursos que podem gerar a atenção dos turistas, e atraí-los ao local, depois de visitarem a Casa do Ourives, ou como complemento da visita.

Convictos que acultura gandomarense poderá ser difundida por meio das relações sociais e por meio do uso de diversos instrumentos da vida quotidiana, que se constituem também culturais e que se misturam com várias memórias da comunidade.

Gondomar tem, na zona sul da região, o rio Douro, que se estende ao longo do concelho durante cerca de trinta e sete quilómetros, no sentido este-oeste. Ao nível do turismo de natureza e náutico, este recurso tem fortes potencialidades turísticas, pela extensão do rio ao longo da região, e pela estreita proximidade e ligação direta com a cidade do Porto, grande foco turístico.

Em Gondomar, nas margens do rio Douro existem diversas praias fluviais, inseridas numa paisagem espetacular e reconhecidas pela qualidade ambiental, como a praia da Lomba⁸; praia de Zebreiros; praia de Melres e praia de Marecos.

Ao longo do rio Douro, na zona ribeirinha existente entre Ribeira de Abade e Gramido, é possível fazer um percurso de cerca de cinco quilómetros, a pé ou de bicicleta. Uma intervenção recente modificou favoravelmente a paisagem, antes descaracterizada, e hoje com elevado potencial turístico, cultural e desportivo.

A beleza natural de Gondomar é indissociável das suas serras, havendo também no seu território paisagens lindíssimas nesse mesmo contexto. Os municípios de Gondomar, Valongo e Paredes formaram a associação do Parque das Serras do Porto, onde se espera a requalificação de uma vasta área de cerca de 6 mil hectares, nas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores, Santa Iria e Banjas, formando assim o maior "pulmão verde" da Área Metropolitana do Porto.

Este parece-nos ser um fator de atratividade decisivo, relativamente ao concelho de Gondomar, que estando estrategicamente ligado à cidade do Porto, pode facilmente cativar diferentes públicos, no âmbito do turismo de natureza, desportivo e cultural. No sentido de desenvolver políticas de sustentabilidade e defesa ambiental estes temas poderão ser trabalhados na comunidade com diferentes públicos e instituições.

Gondomar é um Município que pelas suas tradições se reveste de Festas e Romarias recheadas de animação, fruto das manifestações populares que se distribuem por todos os meses do ano. Por todas as freguesias do concelho há uma organização vasta de romarias, ficando perceptível que em diversas ocasiões de visita se poderá usufruir destes eventos.

A acrescentar a estas festas há também mercados e feiras semanais; uma feira medieval, e várias feiras de artesanato, com a participação de artesãos locais e venda de produtos locais⁹.

⁸ Praia da Lomba, na margem esquerda do Douro, em 2020 foi premiada pela Quercus como "Praia com qualidade de ouro"

⁹ A *Romaria de Nossa Senhora do Rosário, São Cosme e São Damião*, com mais de trezentos anos de história, também conhecida como Festa das Nozes, realiza-se no primeiro fim de semana de Outubro. Em Gondomar há uma significativa produção de nozes, devido à mancha de nogueiras que se desenvolve nas margens do rio Douro, esta festa é assim propícia à comercialização de nozes, ao mesmo tempo que outros produtores do concelho aproveitam para comercializar vários frutos secos, vinho doce, diversos hortícolas de afamada qualidade gondomarense, entre outros bens.

Estes locais, no passado terão sido também locais de venda de joias, e onde a comunidade podia também ostentar as belas peças adquiridas. Este é um tema que pode gerar matéria de investigação para a produção de uma exposição, sobre a venda ambulante e tipologia de peças preferidas ao longo dos tempos¹⁰.

Ainda em Gondomar realizam-se diversos eventos ligados à música, teatro, ciclos de leitura e exposições de arte, que se dividem pelos vários espaços existentes, como o Centro Cultural de Rio Tinto, Biblioteca Municipal Camilo de Oliveira, Auditório Municipal, Fundação Júlio Resende e Pavilhão Multiusos de Gondomar. Neste último decorrem diversos espetáculos ao longo do ano, bem como diversas competições e eventos desportivos, feiras temáticas e gastronómicas.

Salienta-se também a realização de um famoso festival internacional de marionetas, e um de bandas de música, ambos com várias edições; vários festivais anuais de teatro amador, sendo que em Valbom já se realizaram trinta edições, e em Rio Tinto quinze; festivais de dança, música e bandas de música, com forte tradição em Gondomar.

Destacamos ainda a Noite Branca de Gondomar, que apesar de ser um evento recente, mobiliza milhares de pessoas, envolve toda a comunidade, e o evento já esteve, inclusivamente, nomeado para *Best Festivity*, na 5.ª edição dos *Iberian Festival Awards*, em 2019.

Todos estes eventos, além de atrativos turísticos e complementos de visita, podem desenvolver ações concertadas com o Centro de Interpretação, promovendo a realização de oficinas temáticas que envolvam a comunidade e os turistas.

No concelho de Gondomar a gastronomia baseia-se na cozinha tradicional, que desde sempre se praticou na região, muito ligada à antiga tradição de criação de hortícolas, de todos os tipos de gado (Oliveira, 1979, 295); e ao peixe de rio. Assim, os restaurantes do concelho são famosos, dentro e fora da região, pelo caldo de nabos, sável e lampreia.

¹⁰ Sugerimos a leitura do artigo de Rosa Maria Mota sobre *O comércio de artigos de ourivesaria no Norte de Portugal (século XX): os ourives ambulantes e os ourives feirantes* relacionado com a dissertação de doutoramento que a autora realizou.

O património cultural de um lugar constitui-se de todos os vestígios deixados pela história, no entanto, o património edificado é aquele que normalmente se identifica como uma marca histórica, que pelas suas características revela um estilo, uma cultura, um povo, uma civilização.

Como já referimos, a agricultura é desde sempre o setor de maior riqueza em Gondomar pelo que se destacam no âmbito do património rural, grandes quintas com as respetivas casas senhoriais, como a Casa de Montezêlo¹¹; o Solar da Bandeirinha e a Casa Branca de Gramido, entre outras. São também vestígios do património rural os Espigueiros, que têm sido bem preservados, nomeadamente em Aguiar de Sousa. A Quinta do Passal, junto a Gramido, tem inclusivamente um Centro de Educação Ambiental, e a Quinta de Ribeiro das Colmeias, na Foz do Sousa, são exemplos de projetos de valorização ambiental, com potencialidades pedagógicas que envolvem várias comunidades escolares e comunidade local.

Estes locais têm interesse patrimonial e pedagógico, logo podem desenvolver parcerias com o CICOG, promovendo a troca de experiências e a divulgação do património cultural do concelho, que constitui um dos nossos objetivos específicos.

No que respeita ao património artístico de Gondomar, por todo o concelho há igrejas e capelas de interesse público, possíveis de visitar e, inevitavelmente, ligada à ourivesaria, toda a produção de joias e filigrana, são também exemplares de património artístico em constante produção.

Como exemplares de arquitetura contemporânea, existem em Gondomar a Casa Júlio Resende, projetada pelo próprio pintor, e classificada como Monumento de Interesse público, e o Pavilhão Multiusos de Gondomar, da autoria do Arquiteto Siza Vieira.

A oferta hoteleira em Gondomar tem vindo a aumentar nos últimos anos, no entanto, destaca-se inquestionavelmente o Palácio do Freixo, que estando situado na cidade do Porto, tem localização estratégica mesmo na entrada do concelho de Gondomar.

No que respeita a outros locais de alojamento, existem diversas ofertas no âmbito de casas rurais recuperadas.

¹¹A Casa de Montezelo é classificada como imóvel de interesse público.

Em Gondomar existem diversos equipamentos que acolhem iniciativas culturais, no entanto, como instituições culturais, referimo-nos a um leque mais limitado.

Na entrada do concelho, ainda na cidade do Porto, situa-se o Museu Nacional da Imprensa, que tem como lema *o prazer da cultura*¹², alberga diversos exemplares do património tipográfico nacional. É o primeiro *museu vivo* do país e funciona 365 dias por ano.

Na mesma estrada, já em Gondomar existe o Lugar do Desenho – Fundação Júlio Resende e a casa do pintor. O Lugar do Desenho, acolhe o acervo do pintor, sempre visitável, e tem como objetivo *tornar-se um lugar para o diálogo pluridisciplinar no âmbito da cultura contemporânea*¹³.

A Casa Branca de Gramido, propriedade do Município, *abre as portas à população com um programa cultural diversificado, que passa por tertúlias, apontamentos musicais e exposições temáticas*. Conta ainda com um Posto de Turismo Interativo e serviço educativo de apoio às atividades dirigidas aos mais jovens¹⁴.

Estes locais permitem já traçar uma rota e um percurso de visita até ao CICOG.

Como Instituições Culturais, existe ainda a Biblioteca Municipal de Gondomar Camilo de Oliveira, bem como o Auditório Municipal de Gondomar.

Pelas diversas freguesias do concelho existem outros equipamentos, como Casas de Juventude; Centros Culturais; Bibliotecas e núcleos museológicos, onde se desenvolvem muitas atividades com as comunidades locais, no âmbito da música, dança, teatro e etnografia.

¹²<http://www.museudaimpresa.pt/?go=missaoobjectivos> 25.10.2020

¹³<http://www.lugardodesenho.org> 25.10.2020

¹⁴<http://pin.amp.pt/recurso/43> 25.10.2020

4. A OURIVESARIA/ AS OFICINAS/ OS ARTISTAS

4.1. A OURIVESARIA – HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO, O CASO DE GONDOMAR

A história da ourivesaria em Portugal é difícil de demarcar temporalmente, sendo que acreditamos que desde cedo aqui se produziram artefactos e enfeites em metais preciosos. Sempre que civilizações antigas se alojavam perto de jazidas, minas e rios onde circulavam os minérios de onde se extraíam os metais preciosos, raramente deixavam de tentar transformá-los. No caso particular do ouro pelas suas características de cor e brilho intensos, maleabilidade e dutibilidade, este metal desde cedo se converteu no metal nobre mais cobiçado, atribuindo-se elevado valor social, económico e artístico.

A existência de metais nobres na Península Ibérica é referida já por autores clássicos como Estrabão (Silva, 1988, 77-78.) que refere a riqueza aurífera do Noroeste peninsular. Sendo que na proto-história o ouro seria de origem nativa ou aluvial, dado que era extraído naturalmente e sem recurso a qualquer operação metalúrgica, os exemplares da cultura castreja que conhecemos, terão sido dessa natureza também. Os povos castrejos que ocuparam o noroeste português, podem ter sido os primeiros a introduzir a arte de trabalhar este metal e o gosto pelo uso de adornos em ouro.¹⁵

No caso de Gondomar, como já referimos no Capítulo anterior, a ocupação deste território remonta a povos visigodos, e a passagem e instalação dos romanos neste território também deixou vários testemunhos. A tradição mineira terá sido herdada precisamente destes últimos. Os romanos possuíam conhecimentos técnicos e geográficos que lhes permitiam seguir os cursos de água auríferos e otimizar a exploração dos recursos mineiros da Península Ibérica, extraindo o ouro do leito dos rios e dos aluviões (Sousa, 2004, 20).

¹⁵No caso português, *os magníficos adornos em ouro encontrados na área da Cultura Castreja atestam já um carácter exclusivista da joalheria, detendo, em casos como o do torques (colares rígidos), uma dimensão de poder* (SOUSA G. V., A joalheria feminina e o seu significado social e económico em Portugal., 2004).

Neste quadro de abundância de matéria prima aurífera fácil de obter, parece-nos natural o aparecimento de auríferes, fator que terá promovido a indústria de ourivesaria, e conseqüentemente o desenvolvimento da joalheria pelas populações do Noroeste Peninsular.

O aparecimento da ourivesaria deve-se assim, a um conjunto de fatores determinantes, que estão necessariamente ligados à existência e abundância de recursos auríferos, bem como a um contexto socioeconómico favorável ao aproveitamento desses recursos, e ao desenvolvimento metalúrgico.

Por outro lado, a localização geográfica estratégica da península ibérica, permitiu a influência e troca de conhecimentos técnicos e artísticos: entre o II e III milénio aC. mercadores do mediterrâneo oriental terão introduzido novas técnicas de ourivesaria e de metalurgia que determinaram o aumento da produção de artefactos em ouro.

A partir do séc. VIII aC. são introduzidas novas técnicas e formas decorativas, fruto de influências culturais diversas, oriundas da Europa Central e do Mediterrâneo. As técnicas mais antigas, e simples, vão sendo progressivamente melhoradas, com o incremento da técnica do estampado – com balancés e repuxado, oriundas da Europa Central; da filigrana oriunda do Mediterrâneo, e também com a influência de correntes estéticas vindas do exterior (Silva, *et al*, 1993, 270). O desenvolvimento da técnica favoreceu a produção de peças com cunho fabril, e possivelmente a produção de peças em “série” (dentro do contexto da época).

As influências continentais e orientais traduziram-se na produção de artefactos de grande variedade e com um carácter inovador, evidenciando o elevado grau de conhecimento e domínio metalúrgicos: da Europa central herdou-se a tradição de joias maciças, ornamentadas com figuras geométricas e formas simples (Silva, 1988, 80); do oriente, a influência fenícia introduziu algumas inovações, como a concepção de peças leves, com apontamentos técnicos como elementos articulados, servindo de exemplo as arrecadas, tradicional brinco em filigrana, de uso muito comum no panorama nacional (Serrão e Marques, 2011, 321).

A somar a estes fatos, a influência e presença romana no nosso território, permitiu que a ourivesaria atingisse uma fase de perfeição ímpar nas técnicas de trabalhar o ouro e nos motivos decorativos, cujo destaque é projetado para a filigrana.

No contexto do que está descrito antes, é possível que os primeiros ourives escolhessem Gondomar para desenvolver a sua indústria, porque extraíam do solo, e dos rios, o ouro e a prata indispensáveis à produção de joias (Oliveira, 1979, 197).

No início do séc. XII a ourivesaria começou a ganhar reconhecimento pela qualidade com que era executada, ao nível técnico como artístico (Costa, 1917), e conseqüentemente os ourives ganham maior reconhecimento, e um estatuto social distinto de outros artesões.

Simultaneamente, a exploração aurífera era de tal ordem que em 1210 D. Sancho doou à ordem de Santiago a décima do que lhe pertencesse na Adiça, lugar na margem sul do rio Tejo na zona de Almada, onde se encontravam palhetas de ouro, provenientes do leito do rio. Em 1218, D. Afonso II revogou a mesma doação, e entre o séc. XIII e XIV D. Dinis concedeu várias minas. No séc. XV, D. Duarte promulga a primeira lei relativa à mineração, permitindo a lavra das minas em qualquer parte do país, desde que fosse paga uma dizima ao rei e outra ao proprietário do terreno (Oliveira, 1979, 105-109) onde extraíam.

Pela análise da obra de Luís Miguel Duarte (1986), sabemos que na primeira metade do séc. XV os ourives dispunham já de influência na governação da cidade do Porto, de acordo com os *Livros de Vereações* da Câmara do Porto. Sendo que nos finais da Idade Média o Porto era regido por uma oligarquia composta por comerciantes nobilitados e possuidores de terras, gente rica com poder social, os ourives, não pertencendo a esse grupo, também não pertenciam ao mesmo grupo de outros ofícios mecânicos, porque eram distinguidos como *o mais nobre de todos e aquele que deu maior nomeada, extra-muros e além-fronteiras, aos ofícios mecânicos do Porto* (Duarte, 1986, 67). À parte dos ourives do Porto, os de Gondomar, possuíam terrenos e muitas vezes dividiam a atividade entre a agricultura e a ourivesaria.

Mais tarde, em 1516, D. Manuel promulga nova lei de minas, conhecida pelo “Regimento de Aires de Quintal”, onde este é nomeado (Oliveira, 1979, 104) feitor-mor das minas nacionais.

A exploração mineira vai decaindo ao longo do séc. XVI, devido à descoberta de jazidas de ouro em África e no Brasil. Em 1557 a regente D. Catarina promulga uma lei que permite a venda livre dos metais – lei que vigorou que durante os três séculos (*idem*) seguintes.

Assim, durante vários séculos, com a existência abundante de metais preciosos, e leis que promoviam o comércio de metais preciosos e, conseqüentemente de joias, a tradição da ourivesaria tornou-se indispensável nas cortes e palácios, como no mundo religioso, em que a opulência das peças religiosas e decoração das igrejas impressionava. De tal maneira era a abundância de peças em ouro com pedrarias, em várias classes, que o uso chegava a ser considerado excessivo, levando alguns reis à criação de leis para reprimir esse tipo de utilização. Exemplo disso foi o rei D. Afonso IV ao elaborar as *Disposições repressivas de luxo em que entra muito oiro, prata e aljôfares*(Costa, 1917, 10), por altura das Cortes de 1340.

Ainda no que respeita a este tema, D. João I também proibiu o uso de ouro a todos, incluindo cavaleiros, e regulou a profissão de ourives e o comércio de ourivesaria¹⁶.

D. Afonso V estatuiu o mesmo em relação ao emprego de ouro e objetos que o simulassem, chegando mais tarde a impedir o clero de usar adornos de ouro ou prata nas vestes sacerdotais (Costa, 1917, 10).

No séc. XVI, D. João III através da lei pragmática de 1535 proíbe a ourivesaria sumptuária, motivando um certo declínio do ofício de ourives (*idem*, 39).

No entanto, na primeira metade do séc. XIX, a cidade do Porto, juntamente com o concelho de Gondomar (Sousa, 2012, 7), destacam-se como principais centros produtores de ourivesaria do país, mesmo tendo sofrido a ameaça/as conseqüências das invasões francesas, que ocorreram no início do século com a partida da corte para o Brasil, e perturbações políticas daí decorrentes, tudo resultando no esfriamento dos ofícios das artes, inclusivamente da ourivesaria.

Em 1880 havia uma crise instalada no negócio da ourivesaria, que vai decaindo desde 1870, pela introdução no país do ouro francês e suíço, com baixa percentagem de metais preciosos, de onde vem o conceito de bijutaria, que uma joia, não sendo verdadeira, parece.

No Porto e Gondomar, esta realidade estava um pouco salvaguardada, pela imposição da existência de peças com uma marca de garantia da cidade, instituída desde 1401, para obras em

¹⁶ disponível online: https://www.incm.pt/portal/incm_hcn.jsp (15/11/2020)

prata e ouro, protegendo o interesse dos ourives e dos clientes e garantindo a boa qualidade das peças/bens (Cruz, 1986, 41-43). No entanto, fazem vários esforços para denunciar a falta de rigor de algumas câmaras municipais, e a falta de leis contra abusos e irregularidades dos toques dos artefactos e metais preciosos. Assim, perante as queixas da Câmara Municipal do Porto, da Associação dos Ourives e da Sociedade Aurífera, D. Luís I decretou a uniformidade dos toques de ouro e prata em todo o país. Estas medidas revelaram-se insuficientes e, em julho de 1882, Fontes Pereira de Melo, presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda, extingue os contrastes municipais e decreta a criação das Contrastarias de Lisboa e Porto, subordinadas à Casa da Moeda (Oliveira, 1979, 105).

A realidade vivida no Porto e Gondomar era portanto, bastante diferente do que se passava no resto do país, havendo muito rigor no exercício da atividade e no comércio de peças. No sentido de perceber isso mesmo, em 1881 é realizado um inquérito à vida industrial de Gondomar (*idem*), a cargo de Augusto Malheiro Dias, cujo resultado permite perceber a vasta quantidade de oficinas e operários existentes. O relatório do inquérito aferiu a existência de um total de noventa e cinco oficinas de ourives em Gondomar, com trezentos e setenta e quatro operários, espalhados por várias freguesias do Concelho, a saber:

Tabela 1: Oficinas existentes em Gondomar em 1881 (resultados do relatório do Inquérito realizado por Augusto Malheiro Dias)

FREGUESIA	NÚMERO DE OFICINAS	NÚMERO DE OPERÁRIOS
S.Cosme	40	150
Rio Tinto	6	50
Valbom	30	120
Jovim	4	14
S.Pedro da Cova	7	25
Fânzeres	8	15

Comparativamente, com outras atividades que também empregavam muitos trabalhadores em Gondomar, os 374 operários da ourivesaria, suplantavam claramente a classe piscatória com 270 pescadores; o conjunto de 170 marceneiros e os 120 moleiros (Oliveira, 1979, 113).

Ainda, referindo-nos à crise de finais do séc. XIX, avaliando pelo número de trabalhadores que em Gondomar se dedicavam à ourivesaria, e à quantidade de oficinas, é possível perceber que nesta região os efeitos nefastos da crise não se fizeram sentir intensamente. O sector era tão ativo e a produção gondomarense tão abundante, que em 1903 é criada delegação da contrastaria do Porto em Gondomar, porque nesta região a marcação das peças tinha um movimento tão significativo, que permitia a “existência desafogada” desta repartição (idem, 131).

Em 1911, no Segundo Congresso Municipalista Português, realizado no Porto, vários industriais de Gondomar se fazem representar, assumindo a Associação dos Ourives de Gondomar que:

(...)do movimento desta contrastaria apenas diremos que nela estão inscritos cento e cinquenta industriais, que têm ao seu serviço uns setecentos operários ou feitores, e que em cada dia útil de trabalho são entregues para receberem marca, quarenta pacotes, em média, dos quais se alguns têm apenas duas ou três peças, outros contêm cem, cento e cinquenta e até quinhentas ou mil; o que perfeitamente se reconhece, sabendo-se que o rendimento atual é de treze a quinze contos por ano. (Oliveira, 1979, 131)

Em 1925, o Primeiro Congresso dos Ourives Portugueses realizado no Porto, trouxe congressistas de todo o País a Gondomar, pelo reconhecimento da importante classe e comunidade em Gondomar, tendo visitado várias oficinas (idem, 138):

Estatísticas publicadas em 1929, revelam que nesse ano, eram marcadas peças em ouro e prata, em números muito significativos nesta região (Oliveira, 1979, 110):

Tabela 2: Tabela comparativa de resultados das estatísticas das peças contrastadas, publicado em 1929, e das peças contrastadas em 2019¹⁷

Contrastarias	Artefactos de ouro		Artefactos de prata		Artefactos Diversos	
	Ano de 1929	Ano de 2019	Ano de 1929	Ano de 2019	Ano de 1929	Ano de 2019
Porto	87.657	250.195	37.502	1.248.222	29	349
Gondomar	77.872	612.232	29.037	2.131.808	357	11

Os dados aqui descritos permitem perceber a quantidade de peças produzidas e a quantidade de indivíduos que o negócio envolvia; explicando a posição importante que este ofício ocupava, e ainda ocupa, na história portuguesa.

4.2. O OFÍCIO DE OURIVES –A ORGANIZAÇÃO, A APRENDIZAGEM E AS OFICINAS

A organização deste ofício manteve durante muito tempo a forma/sistema medieval em que para chegar a oficial se demorava muitos anos, e a aprendizagem em média durava seis a sete anos. Durante os anos de formação, o aprendiz não recebia dinheiro, mas apenas casa, cama e alimento. Este ofício foi por muito tempo um ofício herdeiro, existindo num circuito familiar fechado, tornando difícil para as pessoas “de fora” entrar. Era sob as ordens dos mestres que os obreiros e os aprendizes trabalhavam, prestavam ajuda e faziam recados, podendo supor-se também que os clientes eram atendidos pelo mestre ou pelos aprendizes.

Não havendo documentação que assevere dados relativos a este ofício, ou ao modo como viviam os ourives, é possível através da obra de Luana Narcisa Acs (2019) ter uma noção do panorama português no que respeita ao número de artistas e leis por que se regulavam. Pese embora, os ourives em Portugal não se tivessem organizado de forma corporativa desde cedo, a legislação régia como já referimos atrás, ajuda a perceber e fundamentar dados relativos sobre a vida e atividade deste setor.

¹⁷ os dados referentes a 2019 estão disponíveis online em: <https://www.contrastaria.pt/institucional/pecas-legalizadas-contrastarias/>

De acordo com as investigações de Oliveira Marques (2010), que se dedicou ao estudo criterioso da época medieval, ainda antes de ser obrigatória a junção dos mestres no mesmo espaço, já os ourives se tinham agrupado de forma orgânica, uma vez que se sentiam mais protegidos contra eventuais atrocidades. Vivendo e trabalhando perto uns dos outros, acabam também por se vigiar no que respeitava à qualidade e quantidade dos produtos, nos preços que eram praticados e também nos métodos de atrair clientela.

Assim, no Porto como em Lisboa, as tendas dos vários mestres alinhavam-se lado a lado e os produtos eram expostos à porta. A tenda sendo propriedade ou alugada, era usada simultaneamente como oficina e loja, permitindo ao cliente verificar a qualidade dos produtos; facilitando a fiscalização e cobrança de impostos. Os clientes seriam possivelmente atendidos na parte dianteira da casa, pelo mestre da oficina ou pelos seus aprendizes (Marques, 1974, 155).

O ensino de algum tipo de mester, possivelmente estaria integrado no seio familiar, passando os conhecimentos e técnicas, de geração em geração. Pressupõe-se que trabalhavam sob um regime independente em tendas que seriam por norma aforadas¹⁸, e que a família seria a base da produção (Acs, 2019, 14).

Devido ao aumento da população, as oficinas e respetivas lojas também se multiplicaram, o que levaria a uma proliferação considerável nas diferentes cidades (*idem*, p.8). No entanto, relativamente a Gondomar não existem dados relativos a este tipo de organização, assim como a documentação estudada não revela dados sobre esta região, referindo-se unicamente ao "Porto".

Sobre esta atividade, ainda que residualmente registada e dispersa, é possível assegurar que houve execução de peças relevantes, e de adorno e de luxo, servindo de exemplo o testamento de Sancho I (*idem*, 43), onde é feita referência a anéis e joias, taças e outras peças destinadas ao serviço eclesiástico, como uma cruz em ouro que foi deixada ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

¹⁸concedidas por privilégio, ou por foro.

Como já referimos devido ao aumento demográfico, houve um aumento do número de ourives, mas aqui referimo-nos à época medieval, em que a realidade se dividia por diferenças sociais e religiosas. A análise de Luana Acs permite perceber que ourives cristãos e ourives judeus exerciam a sua profissão recebendo privilégios bem distintos: se os primeiros beneficiavam dos seus privilégios com recebimento de propriedades e outros tipos de bens; os segundos recebiam isenções fiscais e permissões relativas ao próprio comércio de bens.

Ao longo do séc. XIV foram identificados vinte e oito ourives cristãos, mas no que respeita a ourives judeus, só se encontram registos de dois, a partir de 1385. A menção em documentos era feita normalmente, só daqueles que de algum modo se destacavam na sociedade, indicando que mesmo que estes ourives existissem, seriam socialmente menos reconhecidos (*idem*, 64).

No século XV, há já registo de ourives cristãos e judaicos dispersos por vários pontos do país, sendo que no início do século, na zona norte havia registo de onze ourives cristãos e dez ourives judeus; enquanto na segunda metade seriam já quinze ourives cristãos e catorze no ourives judeus (*idem*, 77).

Da recolha bibliográfica efetuada, e das leituras das investigações ligadas a este tema, não foi possível encontrar uma fonte preciosa para reconstituir o *modus vivendi* fiel dos ourives, ou conhecer todas as particularidades do desempenho deste ofício, ao longo do tempo.

Há um intervalo de tempo em que a documentação é mesmo rara, e excetuando a análise de leis e inventários.

Estudos realizados nesta área, pelo Doutor Gonçalo Vasconcelos e Sousa (2015), permitiram conhecer alguns dados, que ajudam a perceber o estilo de vida de um ourives, em finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, do qual pretendemos dar exemplo para ilustrar como seria na maioria dos casos, tratando-se de ourives do Porto, como de Gondomar. Através de inventários orfanológicos¹⁹ este autor encontrou vários registos que nos interessam aqui explorar, considerando que seria esta a realidade generalizada por volta dos séculos XVIII e XIX.

¹⁹inventário que se faz por morte de um defunto

Ainda que o caso de estudo refira o exemplo de um “ourives da prata portuense” (Sousa, 2015), acreditamos que seja em exemplo comum, semelhante a vários outros, mesmo que de Gondomar, região a que dedicamos o nosso estudo. Assim, pela genealogia, concluímos que ourives bem posicionados eram geralmente convidados para apadrinhar sobrinhos homens, que na fase de iniciarem uma profissão, seguiam os passos do padrinho, aprendendo a arte na sua oficina. Na idade adulta, era habitual casarem com filhas de outros ourives, mantinham oficina própria e por vezes loja, vivendo com respetivo desafogo financeiro. Relativamente ao inventário dos bens do ourives em questão, aquando da sua morte, o rol de peças existentes permite constatar que viveria comodamente, mas sem luxo. Ao mesmo tempo, o facto de ser fiador em alguns negócios também afirma o poder económico do ourives, e a lista de peças existentes na loja indica que tendo já a categoria de mestre, trabalhava com ourives feitores, explicando que se trataria de um negócio já com algum relevo. Entre os objetos existentes na sua loja estavam peças de uso civil e alfaias religiosas.

A lista de dívidas ativas e passivas deste ourives, deixa perceber as contingências das dívidas a que estavam sujeitos e as soluções que obtinham para ultrapassar as dificuldades ou obter dinheiro para negócios mais volumosos. Também estabeleciam muitas vezes negócios com outros ourives, do ouro e da prata, constituindo sociedades, estabelecendo a exportação de peças, e comprando peças a outros ourives, possivelmente, para alimentar o negócio da venda nas feiras. Nesta época as feiras constituíam um próspero ponto de venda, permitindo estabelecer negócio/comércio em vários pontos do país, explicando também a proliferação/disseminação do uso de peças aqui produzidas por todo o país (escoavam peças e difundiam o gosto).

Quando morre em janeiro de 1820, o Capitão Bento José Correia, deixa um conjunto de bens imóveis e móveis, dinheiro e a loja de ourives, que revelam a forma abonada como conduziu a sua vida, complementando o trabalho com alguns bens recebidos, da herança de José da Costa Campos, seu tio e padrinho.

Este inventário revela, com probabilidade, as tipologias mais em uso e as que o ourives estava, possivelmente, habituado a comercializar, fosse prataria civil ou religiosa.

Por volta de 1820, estavam então na moda diversas peças para serviço de bebidas e comidas; samovares²⁰; tabuleiros; salvas; perfumadores; castiçais e candelabros, entre muitas outras, tudo em prata. Estes seriam objetos muito produzidos e comercializados pelos ourives do Porto. Em Gondomar a produção seria mais dedicada ao ouro e, especialmente, aos objetos em filigrana.

O ofício de ourives e a necessidade constante de renovar o acervo de que dispunha para ter na sua loja e andar pelas feiras, bem como outros assuntos da sua vida, como provavelmente a aquisição de casa, levaria a contrair diversas dívidas, o que seria comum à época como agora. Muitas das indicações dos devedores não identificam as pessoas em causa, no entanto o inventário orfanológico analisado por Sousa, refere nomes, capitães e capitães mores, ourives, religiosos e algumas senhoras, distribuídos por várias zonas do país, indicando ao mesmo tempo, que o ourives se deslocava bastante para Sul. Estão identificadas várias localidades como Lisboa, Torres Novas, Sobral, Tancos, Nazaré, Viseu, Coimbra, e assim se explica como peças de fabrico portuense e gandomarenses se espalhassem por acervos situados também na zona mais a sul de Portugal. Mais uma vez acreditamos que este ourives será o exemplo de outros, do mesmo nicho, que procederiam deste modo, sendo a realidade de uma época, fosse o ourives do Porto ou de Gondomar.

O acervo da loja do ourives em causa, permite-nos perceber o que se passa, no primeiro quartel do séc. XIX, no âmbito da ourivesaria da prata nas regiões do Porto e Gondomar. É possível estabelecer uma leitura tipológica; uma leitura sobre a natureza da clientela (os devedores), e uma leitura sobre a amplitude geográfica das relações comerciais.

Concluimos assim que mesmo levando uma vida de trabalho árduo, com muitas horas de investimento e de dedicação, os ourives daquela época, no Porto, como talvez em Gondomar viveriam com algum luxo e propriedade, possuindo bens móveis e imóveis, dinheiro, lojas e oficinas, podendo por isso considerar-se uma classe rica, ou privilegiada, numa zona tão rural, como Gondomar.

²⁰designados, então, por urnas.

Focando-nos ainda neste território, tema do nosso estudo, é fundamental tentar perceber a proliferação de ourives nesta região.

Como já referimos antes, a falta de documentação sobre este tema torna-se uma dificuldade ao estudo e à investigação, no entanto, se tentarmos focar a nossa atenção na realidade de finais do séc.XIX e XX, é possível encontrar mais dados.

Relembrando os dados do relatório de 1881, que enumeramos na tabela 1, é possível saber da existência de um total de noventa e cinco oficinas de ourives em Gondomar, com trezentos e setenta e quatro operários, espalhados por várias freguesias. Simultaneamente, a tabela 2 indica com precisão os números de peças contrastadas em Gondomar, comparativamente com o Porto, onde os números são muito competitivos, e pela quantidade de artefactos em ouro produzidos em Gondomar, destinados à exportação, podemos concluir que a produção era efetivamente de escala considerável.

Neste panorama, e relativamente à época de finais do séc. XIX e XX, é importante realçar que esta arte tão importante, foi por muito tempo um ofício herdeiro, como já referimos antes, orquestrando-se no seio familiar, e passando de geração em geração. Pese embora tenhamos já referido a existência de ourives feitores, que laboravam em oficinas de mestres, esse dado não exclui os laços de familiaridade.

Esta realidade, de herança medieval, começou a alterar-se quando se começaram a desenvolver esforços para o progresso educacional desta arte, bem como para incorporar os estudos como cinzelagem e outros nas escolas de ensino profissional e artístico.

Assim, várias associações existentes, como a *Associação Benéfica dos Ourives do Porto*, *Associação congénere de Lisboa* ou *Associação de Classe dos Ourives de Gondomar*, empenharam-se em atingir este objetivo.

A Associação de Classe dos Ourives do Porto foi criada em 1895, e pela análise dos seus estatutos, é possível ver no capítulo IX que pretendia já *criar uma cooperativa de produção, bem*

*como estabelecer escolas de instrução e ensino profissional, e uma biblioteca, promovendo também conferências para ilustração dos sócios.*²¹

Apesar de terem defendido o ofício como *uma arte complexa, que exigia uma educação geral*, passaram anos para conseguir uma educação dedicada aos futuros ourives. O objetivo ligado à educação realizou-se bem mais tarde, em 1917.

Ainda em 1912, o governo português criou uma comissão para analisar o sistema da educação industrial, resultando a fundação de novas escolas industriais em Lisboa. Noutros lugares do país foram criados diversos cursos nas escolas já existentes, que no Porto, não chegavam para suprir a falta de estudos específicos em ourivesaria.

Assim, graças aos esforços da Associação de Classe dos Ourives do Porto, foi criada a *Escola de Desenho Industrial*, aberta em dezembro de 1917, em Valbom. Ao longo dos anos o nome da escola mudou várias vezes: em 1918 – *Escola de Artes e Ofícios*, em 1919 – *Escola de Ourivesaria de Gondomar*, 1921 – *Escola Industrial de Gondomar*, 1930 – *Escola Industrial Marques Leitão* com a nova morada em São Cosme, em 1948 – *Escola Industrial e Comercial de Gondomar* e afinal em 1978 a escola recebeu a sua designação atual da *Escola Secundária de Gondomar*²².

Durante a I República portuguesa (1910-1926), o país encontrava-se em situação instável em relação ao estado económico e político. Houve uma falta de metal precioso e perda de interesse em joalheria, o que levou ao encerramento de várias oficinas.

No período da I República, as *Associações de Classe dos Ourives* de Lisboa e do Porto perderam o seu prestígio e decidiram organizar dois *Congressos de Ourivesaria*, concretamente em 1925 e 1926, para reconquistar a sua influência na ourivesaria e a sistematização dos ramos industrial e comercial da mesma. Nestes eventos foram discutidos tópicos como a deficiência do ensino ou uma fiscalização para estabelecer a homogeneidade dos preços dos metais preciosos manufaturados (Santos, 1999, 225).

²¹ disponível online em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt>23/10/2020

²²consultado online, fonte: wikipedia

Os problemas económicos e declínio da procura de joalheria persistiram nestes anos, e durante todo o período do Estado Novo, conduziram a *Associação da Classe dos Ourives do Porto* a pedir em 1939, a adesão à organização corporativa. Formam então, em 1942, o *Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte* (G.I.O.N.).

Nesta fase, o ofício da ourivesaria viria a assumir o papel do *Secretariado da Propaganda Nacional* produzindo peças tradicionais, sem novidade alguma, mantendo a estética dos estilos dos séculos XVI-XIX, e continuando a produzir muita filigrana (*idem*, 226).

No que respeita ao ensino profissional deste ofício, na cidade do Porto, restringia-se aos cursos da Escola Industrial de Faria Guimarães, criada oficialmente em 1884²³, onde se lecionava, e aprendia, cinzelagem, gravação e ourivesaria. Esta escola pouco conhecida dá origem em 1948, à Escola Artística Soares dos Reis, onde se lecionavam cursos de joalheria, gravação de pedras finas e ourivesaria/prataria.

O estudo de Maria Natália Lobo (1998) permite-nos perceber que na Escola Faria de Guimarães, situada numa zona do Porto onde a atividade da ourivesaria detinha várias oficinas (senão as principais), “usufruí de grande prestígio”, e nela estudavam essencialmente rapazes do Porto, muitas vezes filhos de donos de oficinas, que se esforçavam por *mandar os seus filhos à escola na busca de um maior aperfeiçoamento técnico e estético* (Lobo, 1998, 174), havendo registo entre 1884 e 1948 de que 25% dos alunos que frequentaram esta escola eram provenientes de várias gerações de 216 famílias ligadas ao ramo/à ourivesaria.

Estes factos devem-se também ao facto de que a Associação da Classe dos Ourives incentivou nos seus associados a frequência de escolas industriais, tornando-se a “adesão” notória, essencialmente a partir de 1919, quando a associação instituiu a atribuição de prémios aos melhores alunos.

É ainda de referir que os cursos, na área de ourivesaria desta escola, tiveram sempre um nível de frequência elevada, e que os mestres que aí lecionavam eram artistas conceituados.

Não possuímos dados que nos indiquem a proveniência, ou que alunos frequentavam os cursos em vigor na Escola de Desenho Industrial de Valbom, ou nas seguintes em Gondomar. No entanto, tudo leva a crer que a realidade fosse parecida com a do Porto, contando talvez com um

²³ //panfleto comemorativo dos 125 anos da Escola Artística Soares dos Reis

número menor de alunos: havia grandes industriais em Gondomar, que num panorama de concorrência constante, naturalmente conduziram os filhos para estas escolas, também influenciados pelas políticas/premissas da Associação da Classe; e haveria possivelmente a disponibilidade de vários mestres locais, para lecionar. Sendo que nesta região, o número de oficinas era elevado, mas que o meio em que viviam seria ainda bastante rural e a necessidade de trabalhar não permitia compreender o valor da escola e do ensino.

No já referido estudo de Maria Natália Lobo, é possível perceber que muitos dos alunos que frequentavam este ensino, não teriam como objetivo a obtenção de um diploma, mas o desenvolvimento de competências ao nível do desenho e prática oficial, sendo que grande parte dos alunos já trabalhava em oficina, desde tenra idade possivelmente. E sobre isto a autora transcreve dos *Relatórios sobre as Escolas Industriais e de Desenho Industrial da Circunscrição do Norte*, publicado em 1888:

(...) muitos alumnos até, sem outras ambições mais do que as de saber, ou se retiram logo que julgam ter adquirido os conhecimentos que mais falta lhes fazem, ou quando chegam ao fim do anno não querem sujeitar-se ao exame que, dizem elles, para nada lhes serve.
(Lobo, 1998, 176)

Em 1975 a legislação relativa ao ensino industrial altera-se e as escolas industriais são transformadas em escolas secundárias, extinguindo-se os cursos de carácter profissional, e esta realidade também aconteceu em Gondomar, com a passagem da Escola Industrial e Comercial de Gondomar a Escola Secundária de Gondomar, em 1978.

Neste concelho, que sempre prosseguiu a atividade da ourivesaria, surge em 1984 o CINDOR, Centro de Formação Profissional e Indústria da Ourivesaria e Relojoaria, para dar resposta às necessidades de ensino profissional e certificação de competências no setor.

Ao longo do séc. XIX e XX, apesar do progresso e interesse na educação profissional de ourivesaria, verificava-se um certo distanciamento entre as oficinas e os finalistas dos vários cursos, uma vez que encontravam rapidamente empregos com condições mais favoráveis.

5. AS INSTITUIÇÕES

Conscientes de que um centro interpretativo necessita de parceiros estratégicos para o respetivo desenvolvimento, implantação e promoção, resolvemos neste capítulo apresentar uma diversidade de instituições que podem contribuir significativamente para a dinamização e sucesso do Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar. Vários são os fatores que conduziram a esta seleção e que passamos a expor.

O setor da ourivesaria em Gondomar tem uma idade e tradição reconhecidas por muitos, e nesse sentido, cedo surgiram associações como a AORP e a AIG, que se dedicaram a proteger os interesses dos profissionais e empresas desta área, bem como a promovê-los.

Ao mesmo tempo, a questão da formação especializada e certificada das profissões ligadas à ourivesaria pelo CINDOR, tem sido desenvolvida em Gondomar desde a década de 80, com grande reconhecimento nacional e internacional.

Por outro lado, a existência e proximidade de um centro interpretativo no concelho, Museu do Mineiro, que trabalha já as memórias e atividade de um grupo operário, com a comunidade local e escolar, parece-nos de grande interesse como exemplo, e como parceiro. De grande interesse é também o Centro Interpretativo e Minas de Ouro de Castromil e Banjas, existentes no concelho de Paredes, bem próximo de Gondomar, que estando ligado às minas aí existentes, permitirá explicar o ciclo do ouro, desde a sua extração à transformação em matéria prima do ourives.

Consideramos também estratégico estabelecer uma ligação séria com a DRCN, esperando o apoio na divulgação e ação conjunta com o Turismo do Norte de Portugal e vários outros parceiros.

5.1. ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DE PORTUGAL

A AORP, Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal é uma associação empresarial de âmbito nacional, que foi fundada em 1945, e que representa o setor da ourivesaria e relojoaria, abrangendo as suas diversas áreas de atividade: indústria, retalho, comércio grossista e outras atividades relacionadas.

Esta associação tem como missão representar, apoiar e defender os interesses das empresas suas associadas, tendo como principais áreas de intervenção: o apoio jurídico; a consultoria financeira; o apoio à internacionalização e a consultoria de comunicação e imagem.

Atualmente a AORP assume também o compromisso de contribuir para a promoção nacional e internacional da ourivesaria e relojoaria portuguesa, desenvolvendo inúmeras ações conjuntas nos mercados considerados estratégicos para a internacionalização do setor.

Nesse sentido tem desenvolvido várias campanhas com objetivos muito específicos, como sendo: aumentar a flexibilidade e a capacidade de resposta no mercado (global e, também, interno); criar valor na oferta, produtos, marcas e serviços; facilitar o acesso a serviços, especialistas e soluções especializados; impulsionar a capacitação, a conexão, a interatividade, a eficiência e melhoria contínua; distinguir e apoiar âmbitos de liderança tecnológica e inovação; aprofundar a cultura da qualidade, da proteção e da responsabilidade do setor e da reputação da joalheria portuguesa; valorizar a oferta nacional; apoiar as marcas; aprofundar a especialização; definir áreas de liderança tecnológica; impulsionar a conexão e a interatividade; chegar a mais mercados, segmentos e públicos; impulsionar a conexão e a interatividade; proteger os tangíveis e intangíveis; travar a destruição de emprego e acelerar a integração de emprego qualificado; contribuir para a reputação da joalheria portuguesa.

Toda a ação da AORP tem sido desenvolvida no sentido de haver uma melhoria contínua nesta área, com mais controlo, mais valor, mais interatividade, mais projeção e maior proteção.

Numa entrevista à *Jewellery Mag*²⁴ realizada em 31.10.2019, Nuno Marinho, diretor da AORP, refere que nas campanhas que esta associação desenvolve procuram celebrar a essência da joalheria portuguesa, como um legado. *Um legado de arte, de valores, de memórias, passado de*

²⁴ *JewelleryMag* é a publicação quadrimestral da AORP

geração em geração, num ciclo eterno. Procuram recuperar as técnicas e os desenhos que fazem parte da nossa história e do nosso imaginário coletivo, imagens e peças que não se perderam no tempo, mas que surgem agora revitalizadas pelo design contemporâneo e pelo consumidor ávido de peças com identidade e história.

É neste ponto que consideramos importante referir esta associação, no que respeita ao projeto de criar um centro interpretativo em Gondomar, ligado à ourivesaria. A AORP partilha da nossa convicção, de que o legado existente nesta área é um “ciclo eterno”, e que o público tem o interesse sincero de conhecer as “caras por detrás de cada projeto, as histórias por detrás de cada peça”, isso mesmo permitindo que se crie uma ligação emocional, que recupera as nossas tradições, as artes, a manufatura, tornando-nos únicos e inimitáveis. Contar a história é determinante!

Do ponto de vista comercial, quanto mais se gerar e potenciar esta necessidade, este sentimento de apropriação, de memória, mais beneficiarão as marcas e o retalho, e mais se afirmará a marca Portugal. Fator muito importante nos mercados internacionais, permitindo posicionar Portugal como país produtor de excelência, uma produção de pequena escala, mas diferenciada.

5.2. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GONDOMAR

A ACIG, Associação Comercial e Industrial de Gondomar é uma instituição de utilidade pública, e foi fundada em agosto de 1901.

A Associação Comercial e Industrial de Gondomar foi constituída para representar os empresários do Concelho, e colaborar com eles na melhoria da sua instalação, organização e condições de funcionamento, reivindicando os seus direitos e minimizando os transtornos que resultam das burocracias.

A ACIG tem por objeto a representação e defesa dos interesses comuns a todos os seus associados, tendo em vista o respetivo apoio técnico, económico e social, realizando, em cooperação com os associados, uma política com vista à resolução dos seus problemas. Em

paralelo pretende definir, elaborar e difundir diretrizes relativas a soluções que visem o desenvolvimento e prosperidade dos associados.

A ACIG tem ainda por missão oferecer aos seus associados os serviços destinados a apoiar e incentivar o respetivo desenvolvimento, conjugando a atividade com a de outras associações congéneres para a resolução dos problemas comuns, nomeadamente na defesa contra práticas de concorrência desleal.

O significado desta Associação parece-nos primordial e estratégica no apoio à criação de um centro interpretativo em Gondomar: ao mesmo tempo que tem como associados um imenso leque de empresas da região possibilitando um conhecimento e contacto rápido com possíveis parceiros do nosso projeto; pode ser um grande veículo na construção de um banco de memórias, auxiliando facilmente, na recolha de objetos, documentação e testemunhos, junto dos seus associados. É ainda de referir, que esta Associação tem como sócios uma vastidão de clubes, escolas e empresas ligadas à área cultural, recreativa e artística, com as quais se poderão explorar os nossos objetivos; criar oportunidade de parceria e programação conjunta; dinamizar grupos de discussão com profissionais do setor cultura e com estes cooperar e desenvolver um plano estratégico na preservação do património cultural de Gondomar.

5.3. CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA

O CINDOR, Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria foi criado em 1984, a partir de um protocolo assinado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, (IEFP) e a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, atualmente AORP.

O CINDOR é o único centro de formação profissional em Portugal instituído, especificamente, para o sector da ourivesaria e relojoaria. Pertence à rede de Centros de Gestão Participada do IEFP e tem como missão desenvolver os recursos humanos do setor da ourivesaria, promovendo a qualificação profissional e escolar, dinamizando a inovação a criatividade e o conhecimento através de uma estreita relação com todos os intervenientes, ao mesmo tempo

que pretende ser reconhecido, ao nível nacional e internacional, como um organismo de excelência de formação e apoio ao desenvolvimento do setor da ourivesaria e relojoaria.

O CINDOR divide a sua atividade em formações modulares financiada e não financiada; cursos de educação e formação de adultos; Sistema de aprendizagem e reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Esta instituição tem como objetivos aumentar o nível de escolaridade e certificação profissional dos recursos humanos na área da ourivesaria e relojoaria; dinamizar o conhecimento e a tecnologia neste setor, através da formação dos recursos humanos de acordo com standards internacionais; aumentar a notoriedade da marca CINDOR; aumentar o envolvimento das empresas com a sua atividade e apoiar o empreendedorismo nesta área. Simultaneamente, valoriza a centralização da formação no formando; a flexibilização das respostas às necessidades das pessoas e empresas; a qualidade na formação profissional e a ética e responsabilidade nas relações com as empresas.

No CINDOR funciona também, desde de 2017, o Centro QUALIFICA, que desenvolve uma ação determinante para todos os jovens e adultos que procurem respostas de educação, formação e emprego, orientando e encaminhando para diversas ofertas formativas aí existentes; tratando inclusivamente de processos RVCC, permitindo, assim, a obtenção de certificação profissional ou de dupla-certificação (escolar e profissional) nas áreas de Artesanato, Comércio, Ciências Informáticas e Secretariado e Trabalho Administrativo.

Para apoiar as empresas desta área foram criados departamentos, com o objetivo de dinamizar a capacidade do sector, tendo em atenção o posicionamento do CINDOR como parceiro e não como concorrente, e onde é possível encomendar serviços correspondentes a várias as fases do processo produtivo.

Consideramos o CINDOR uma instituição de grande relevância para a ação do CICOG, pelo conhecimento profundo que tem da formação profissional nesta área e respetiva evolução, bem como pela posição privilegiada junto de jovens e adultos da área da ourivesaria, e da comunidade local. Poderá ser um grande parceiro da Casa do Ourives no desenvolvimento de projetos

conjuntos; colaboração em workshops; aquisição/seleção de voluntários; apoio na organização de exposições temáticas e recolha de testemunhos; e desenvolvimento de um programa que incluía outros agentes do setor, sejam empresas, organizações cívicas, professores, e outros indivíduos interessados na preservação da memória e património cultural da ourivesaria de Gondomar, respeitando aos bens móveis e ao património imaterial.

5.4. MUSEU MINEIRO DE SÃO PEDRO DA COVA, S. PEDRO DA COVA

O Museu do Mineiro de S. Pedro da Cova em Gondomar, foi criado em 1989, numa das antigas Casas da Malta, e tem como missão a valorização, divulgação e dinamização do património geológico e mineiro de São Pedro da Cova.

As Minas de Carvão de São Pedro da Cova funcionaram durante quase dois séculos, chegaram a ser as mais importantes do país, empregaram mil e oitocentos trabalhadores e foram o principal sustento de famílias inteiras na freguesia de Gondomar.

Nesta terra mineira a 20 quilómetros do Porto, nunca quiseram enterrar as dores de outros tempos. A exploração a que milhares de trabalhadores foram sujeitos desde 1795, quando o carvão de pedra (antracite) foi descoberto na freguesia, escreve-se a letras garrafais. Recordar para não esquecer. (Mazola, 2015)²⁵

As minas eram exploradas pela Companhia das Minas, uma das poucas empregadoras da região, e proprietária das casas onde grande parte dos trabalhadores viviam, que para terem direito à habitação, todo o agregado familiar era obrigado a trabalhar na mina a partir de tenra idade. Assim, durante quatro ou cinco gerações inteiras, foram condenadas ao trabalho no complexo mineiro.

Esta empresa detinha ainda sob a sua alçada uma série de edifícios e serviços como a cantina, o cinema, a escola, um campo de futebol, uma associação desportiva, uma biblioteca e uma banda de música. Existiam também as Casas da Malta, destinadas a trabalhadores migrantes que chegavam de várias regiões do País.

²⁵ Serafim Gesta Mazola, investigador local e autor de vários livros sobre São Pedro da Cova, em entrevista a Mariana Correia Pinto, *in* Público, 29/03/2015.

A Casa da Malta, onde está sediado o Museu do Mineiro de S. Pedro da Cova, único núcleo museológico deste tipo em Portugal, está classificada como MIP – Monumento de Interesse Público, e surge da intenção de cristalizar a memória produtiva das Minas de São Pedro da Cova. Tem como missão valorizar, dinamizar e divulgar o seu património mineiro e geológico. Pretende eternizar as memórias de muitas famílias de mineiros e habitantes da região fortemente marcados pelas histórias dos que morreram soterrados, dos que ficaram afetados com as maleitas consequenciais de muitos anos em contato com produtos nocivos, e sequelas irreversíveis nos pulmões.

Outro objetivo do Museu Mineiro é continuar a aumentar qualitativamente a sua coleção, quer através da aquisição, quer da cedência de objetos, acreditando que com a contribuição individual de cada um, é possível perpetuar a história junto das gerações futuras, para que conheçam melhor os seus antepassados.

O Museu tem também como objetivo requalificar toda a zona das minas, por constituir um exemplar único da história industrial mineira, na tentativa de compensar a população com um atrativo polo turístico e cultural para preservação da memória.

A população local moveu esforços e dinamizou ações para a recolha de objetos e documentação industrial mineira e o Museu Mineiro reúne hoje, ferramentas, a maqueta de uma galeria subterrânea, cadastros de ex-trabalhadores, entre diversos espólios. Recebe sobretudo grupos de escolas, com visitas guiadas, projeção de filmes e disponibilização de material informativo.

O programa implementado pelo serviço educativo do Museu tem como objetivo sensibilizar o público para questões da identidade mineira e de defesa do património industrial e geológico. Para tal, coloca à disposição do público em geral várias atividades de exploração histórica, territorial, ambiental e cultural, estando também inserido na Rota Romana do Ouro no Norte de Portugal.

A existência deste Centro Interpretativo em Gondomar, parece-nos estratégica no sentido de estabelecer um funcionamento em rede ou no desenvolvimento de uma rota. A experiência e conhecimento adquiridos ao longo dos anos, do Museu do Mineiro, poderá ser determinante para a ação e programação do CICOG, no sentido de trabalhar com os públicos; gerar interesse e desenvolver um plano estratégico cooperativo.

5.5. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DAS MINAS DE OURO DE CASTROMILE BANJAS, SOBREIRA – PAREDES

Em Paredes, na região de Castromil e das Banjas encontram-se importantes vestígios das explorações auríferas do tempo dos romanos. Esta região que está inserida no Noroeste peninsular é considerada uma das áreas mais ricas e mais produtivas de ouro no Império Romano. Deste modo, o Município de Paredes reconhece as potencialidades patrimoniais geomineiras do concelho criando o Centro de Interpretação das Minas de Castromil e Banjas (CIMOCB). Este é um projeto fundamental e único de valorização e divulgação do património geomineiro no Vale do Sousa e surge na sequência de um conjunto de atividades desenvolvidas e promovidas pelo Município de Paredes em parceria com o Departamento de Geociência, Ambiente e Ordenamento do Território da FCUP. O CIMOCB visa promover um modelo integrado de entendimento sobre o Património Geológico, Arqueológico e Cultural de Paredes, através de um discurso expositivo, claro, simples e apelativo, onde o visitante assume o papel de ator histórico, estimulando os sentidos numa interação permanente. Deste modo será o espaço de acolhimento e ponto de partida para o percurso pedestre das Minas de Ouro de Castromil.

Este Centro de Interpretação conjuga valências nas áreas da Geologia, Mineração e Arqueologia Romana. As visitas podem ser exclusivamente de campo e/ou ao Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas.

Os conteúdos apresentados no Centro de Interpretação revelam-se com potencial para o desenvolvimento de trabalhos de estudo e investigação nas áreas da Geologia, Mineração e Arqueologia Romana.

O CIMOCB é um organismo estratégico na colaboração com a Casa do Ourives, devido a temáticas comuns, podendo trabalhar em rede, e desenvolver projetos conjuntos, como realização de exposições temáticas, promoção e preservação do património cultural da região; estabelecer parcerias com o ensino e investigação nas universidades, no fundo, gerar interesse de vários públicos e dos turistas.

5.6. MINAS DE OURO DE CASTROMIL

As Minas de Ouro de Castromil, têm sido alvo de um projeto de preservação e divulgação desenvolvido pelo Município de Paredes em parceria com o Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território da FCUP. Este trabalho conjunto culminou na atribuição do Prémio Geoconservação, 2007 – Menção Honrosa à Câmara Municipal de Paredes pelo projeto "Minas de Ouro de Castromil". Neste âmbito foram produzidos diversos materiais didáticos: vídeo sobre Castromil, posters explicativos, painéis interpretativos, apresentação *power-point*, guião de campo, que posteriormente, foram rentabilizados no apoio à atividade de campo. Ao longo do percurso são referidos aspetos mineiros e geológicos e o público tem a possibilidade de ao visitar os trabalhos subterrâneos, compreender as técnicas aplicadas na antiguidade para a exploração e extração do ouro; conhecer a geologia local e alguns dos processos responsáveis pela ocorrência desta mineralização em Castromil.

A articulação das visitas às Minas e ao CIMOCB com o CICOG é de todo o interesse, porque pode facilmente explicar a quantidade de produtores de ourivesaria em Gondomar, pela proximidade da existência do minério e facilidade em obtê-lo. A proposta de organizar visitas temáticas, e de se inserir estes centros em rede, ou mesmo em rotas já existentes, faz todo o sentido e pode destinar-se a vários públicos, e turistas.

5.7. DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE

A Direção Regional de Cultura do Norte é um organismo desconcentrado do Ministério da Cultura, criado em 2006, sendo composto por várias unidades orgânicas. Com funções ligadas à área do património cultural, promove o acompanhamento de agentes culturais profissionais; determina o programa de apoio aos agentes culturais; apoia o associativismo e concede o estatuto de mecenato cultural e de utilidade pública. A DRCN também promove, de forma continuada, projetos de natureza cultural em parceria com outros organismos públicos, nacionais ou internacionais, beneficiando do apoio de fundo comunitários. Promove ainda a dinamização dos monumentos, museus e equipamentos culturais que lhe estão afetos, nomeadamente através da criação de ciclos de concertos e de exposições, que fomentam a fruição cultural, pedagógica e turística nesses espaços. A amplitude de competências e o

conhecimento profundo da região, conferem à DRCN uma visão integrada do sector cultural. Respeitando as especificidades de cada área de intervenção, este organismo promove a articulação entre património cultural, museus e produção artística, de forma a potenciar os recursos disponíveis e criar relações mutuamente enriquecedoras.

A DRCN tem um Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo que pretende contribuir para aproximar o setor cultural da economia, do empreendedorismo, da participação em redes e inovação. Com este propósito a DRCN adota uma postura proativa no incentivo ao desenvolvimento do setor, potenciando uma ligação em rede entre diferentes entidades e organismos.

A DRCN tem no âmbito do património cultural, em conformidade com a sua missão e atribuições, competências bem definidas ligadas ao inventário e classificação dos bens culturais; a gestão do património móvel e imóvel que lhe está afeto; emissão de pareceres e autorizações no âmbito da classificação de bens e zonas de proteção; acompanhamento e fiscalização de ações de conservação e restauro de bens culturais móveis e imóveis e apoio técnico para intervenções e obras em bens culturais.

Esta é, portanto, uma instituição de todo o interesse na implementação e desenvolvimento do Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar, sendo que os objetivos de ambas as instituições se cruzam, e faz parte da ação da DRCN apoiar este tipo de iniciativas.

6. CENTRO INTERPRETATIVO CASA DO OURIVES DE GONDOMAR

Como referimos inicialmente na introdução deste trabalho, o nosso projeto desenvolve-se em torno da ideia da criação de um centro interpretativo em Gondomar. Nesta altura, o Concelho ainda não tem um museu da cidade, mas pequenas estruturas que tratam ligeiramente, temas locais.

O estado da arte da ourivesaria de Gondomar, transporta-nos para uma série de obras que tratam essencialmente a produção, os desenhos e motivos, alguns produtores e a filigrana. Na biblioteca municipal, são poucas as obras que podemos encontrar ligadas a estes temas, parecem-nos ainda escasso o acervo bibliográfico. No entanto, vários são dos trabalhos de investigação sobre os temas que estamos a estudar, e que se encontram em bibliotecas de universidades e centros de estudos de artes.

A grandiosidade e multiplicidade de hipóteses de trabalhar temas ligados à ourivesaria é muito vasta, contudo, o ofício de ourives está um pouco esquecido, e esse é o ponto central que pretendemos evidenciar. As famílias produtoras, em regra subsistem em Gondomar durante pelo menos três gerações, e com elas muitos são os artífices e artistas gondomarenses que colaboraram. A gente esquecida, quando numa montra apreciamos a beleza das joias mas desconhecemos as mãos que as criaram. “Essa Gente”, é o foco deste trabalho, e objetivo principal do centro interpretativo é criar um lugar de acolhimento da memória desses artistas, e do seu trabalho, dos que ainda cá estão, e dos que já foram, mas de quem persiste a lembrança. Pessoas que enaltecem o nome de Gondomar com o fruto do seu trabalho, e cujas obras vão além fronteiras.

O Centro Interpretativo trará a possibilidade de existir um local de exposição, fixo, da cultura material e imaterial de Gondomar, com um acervo constituído através de testemunhos e contributo da comunidade.

A Casa do Ourives irá divulgar e disseminar junto da população local, mas também junto de outros visitantes nacionais e internacionais, (nosso público alvo), as memórias e o património cultural da região.

Baseando-nos nas teorias apreendidas de Freeman Tilden na obra *Interpreting Our Heritage*, e nas de outros autores, acreditamos que a interpretação do património se trata de uma atividade educativa, com o propósito de revelar significados e relações, através do recurso a objetos originais, experienciados em primeira mão pelos próprios visitantes e por meio de uma multiplicidade de meios interpretativos.

Estamos convictos que a criação de uma unidade de interpretação é de relevante importância, e que o tipo de exposição e comunicação aqui instituída é a mais indicada para esta comunidade, como defendem os autores Larry Beck e Ted Cable na obra *Interpretation for the 21st Century – Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture*, ao invés de um modelo museológico tradicional, onde sobre o património se comunicam apenas dados factuais,

Assim, defendemos que no caso de Gondomar, o Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar permitirá a interpretação do património material e imaterial, como:

um método de trabalho que facilita a apresentação e uso social do património e serve para proporcionar uma leitura e opções para a sua utilização ativa por meio de diversos recursos de apresentação e animação. A interpretação é baseada em evidências culturais e/ou naturais, encontradas num determinado local, e procura promover essas características no seu contexto original. Para este fim, o objetivo é sempre a recuperação "in situ" e a maior contextualização possível dos recursos patrimoniais. (Tugas et al, 2005, 15).

Neste contexto, o percurso expositivo do CICOG facilitará a interpretação dos bens culturais, colocando interrogações; fazendo refletir, provocando e relacionando-se com os visitantes, recorrendo a uma linguagem específica e dirigida, com vista ao entendimento dos conceitos e valores veiculados.

Os propósitos do Centro irão contribuir e assegurar a compreensão e, através desta, a proteção, salvaguarda e divulgação dos bens culturais gondomarenses, de maneira a que por *trás da interpretação haja a noção de que o que está a ser interpretado é valioso*²⁶(Carter, 2001, 4).

²⁶tradução minha

Por outro lado, relativamente à função do CICOG e principal proposta trata-se de *facilitar a apreciação pública do valor específico do património cultural sensibilizando e fornecendo educação*²⁷(Tugas *et al*, 2005,41)

A partir destes conceitos definimos a missão do CICOG:

O Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar será um espaço de interpretação e conhecimento que expõe, interpreta e comunica testemunhos materiais e imateriais que contribuam para um melhor conhecimento do ofício do ourives, da ourivesaria, da história de Gondomar, das pessoas de diferentes origens e mentalidades que a fizeram e fazem, trabalhando com e para com a comunidade, especialistas e agentes locais e de todas as proveniências, com vista ao desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa. Será também um lugar de encontro da comunidade com o exterior, e da comunidade consigo própria, propondo uma visão múltipla, diversa e não linear do passado, presente e futuro de Gondomar. Orienta-se pelos valores da aprendizagem, conhecimento, pertença, tolerância e diversidade.

Privilegia a aprendizagem como um processo dinâmico, que parte da experiência e referências dos visitantes para a fruição e conhecimento dos conteúdos presentes no percurso de visita. O discurso expositivo inclui ferramentas e instrumentos de mediação e interpretação, que funcionam como elementos facilitadores entre a/s obras/s, coleção/ões, conceitos e as audiências.

Potencia a produção de novo conhecimento – científico, criativo e artístico – junto não só do indivíduo, mas também das escolas, academias e comunidades, a partir da disponibilização, partilha de documentação, de registos e de informação. O CICOG procurará também articular com outros equipamentos (bibliotecas, arquivos, institutos, museus, universidades, politécnicos e associações) a disponibilização de informação relevante sobre os seus núcleos temáticos de intervenção.

Estimulará novas leituras e abordagens à construção da memória do território e das pessoas que o habitam, junto das comunidades locais, através do seu envolvimento e participação em

²⁷ *idem*

processos de recolha, registo e mediação; promoverá junto dos visitantes temporários uma relação de pertença ao território por via da experiência de visita, ativando dispositivos pós-visita que permitam promover a continuidade desta relação de pertença, entendendo-a como essencial para uma cidadania ativa e participativa.

Contribuirá para a valorização, recuperação, inovação e salvaguarda do ofício de ourives e da ourivesaria, ex-libris da cidade e do Concelho, forma de expressão artística ímpar.

6.1. CONCEPTUALIZAÇÃO DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO

6.1.1 Designação

Centro de Interpretação Casa do Ourives de Gondomar

6.1.2 Principais intervenientes

Prevemos a existência de uma equipa de elaboração do projeto; uma equipa de implementação a designar; consultores externos, etc.

6.1.3 Fases ou etapas de criação

Proposta de projeto de criação a apresentar a entidades relevantes como a Câmara Municipal de Gondomar; AORP; DRCN etc.); estudos de prospeção/diagnóstico; investigação e documentação; planificação; execução; implementação; apresentação e avaliação.

6.2. LOCALIZAÇÃO E ENVOLVENTE DA INSTITUIÇÃO

6.2.1 Localização

Centro de Gondomar (edifício da Biblioteca Municipal de Gondomar; edifício dos Paços do Concelho ou outro edifício requalificado para o efeito²⁸)

6.2.2 Envolvente natural e espacial

O Centro deverá integrar-se num espaço de fácil acessibilidade e que se localiza numa zona central da cidade, com várias instituições, locais de interesse perto e fácil acessibilidade.

6.2.3 Envolvente humana e social

O CICOG deverá situar-se no centro de Gondomar, numa das freguesias mais antigas da cidade, onde funcionaram muitas oficinas de ourivesaria; onde se situa o edifício dos Paços do Concelho, a Biblioteca e o Auditório Municipal, o Pavilhão Multiusos, a Escola Secundária de Gondomar (antiga Escola Industrial) e o CINDOR, esboçando-se já aqui um percurso de visita. Esta zona tem elevada densidade populacional, e como estão aqui sediados diversos serviços (Loja do Cidadão, Segurança Social, Centro de Emprego, Tribunal, Associação Comercial, etc.), o espaço poderá ser frequentado por todas as faixas etárias, sobretudo a população idosa e infantil. No primeiro caso, devido aos hábitos culturais da população propensa ao convívio social e aos passeios matinais; destacando-se a biblioteca que desempenha um papel importante, onde os mais idosos despendem uma parte do seu tempo, na leitura dos periódicos diários, utilização de meios informáticos e internet. No segundo caso, motivado pela existência da biblioteca infantil no interior do edifício e de várias escolas nas imediações.

6.3. ACERVO/VALORES PATRIMONIAIS

6.3.1 Campo disciplinar do Centro de Interpretação

²⁸Sugerimos a utilização do edifício da antiga Fábrica Rosas de Portugal, situado em S. Cosme, numa zona muito central. Atualmente este edifício está desactivado, mas trata-se de um edifício de interesse público, e representa o símbolo de uma época áurea na produção de ourivesaria em Gondomar. Este edifício poderia ser alugado ao proprietário pela CMG, em regime de comodato, e transformado num espaço muito interessante, com recurso a fundos internacionais e mecenas, por exemplo. O aproveitamento das oficinas como espaço expositivo e de memória seria uma mais valia para o plano de interpretação, ao mesmo tempo que funcionários que lá trabalharam poderiam querer contribuir com testemunhos, orientar em visitas, e participar de várias formas.

História da ourivesaria em Gondomar; o ofício de ourives como património imaterial; o ensino e a aprendizagem/formação profissional; vários temas e profissões ligadas a esta arte; Artes e Letras.

6.3.2 Valores patrimoniais

Os valores patrimoniais ficarão definidos em função das instalações/edifício e respetivo acervo.

6.3.3 Temas

História de Gondomar; História da Ourivesaria de Gondomar; Património Cultural de Gondomar; ourivesaria; etnografia.

6.3.4 Investigação, documentação e inventariação

O CICOG será uma oferta cultural e patrimonial completamente nova e distinta das existentes em Gondomar, devido ao acervo de ampla significância histórica e cultural.

O acervo será único e peculiar, mais do que um museu da ourivesaria, com uma coleção de peças exposta, será um arquivo de memórias, que se vai constituído com o tempo e com a participação da comunidade. OS instrumentos de trabalho; um arquivo fotográfico; a sonoridade do trabalho de uma oficina; uma biblioteca temática e um centro de estudos, poderão ser algumas das hipóteses dos espaços aí existentes.

O acervo terá que proporcionar a construção de um corpo teórico com a função de sustentar a atividade interpretativa, atuando como a matéria-prima a partir do qual se definirão atividades e eventos futuros, e facilitar a gestão e manutenção do património.

A documentação existente alternará entre as obras dedicadas inteiramente ao tema, as referências na imprensa, os ensaios, resoluções e discussões em torno da temática do ofício de ourives e os registos visuais poderão ser gravuras, pinturas, fotografias, filmes, publicações, etc., sempre que permita reunir no mesmo local o maior número de informações sobre esse património cultural.

6.3.5 Conservação, proteção e salvaguarda

A singularidade do “acervo” reflete-se ainda no campo da conservação. O acervo necessitará de ser observado/vigiado e terão de ser implementadas medidas de conservação preventiva e proteção, comuns a qualquer bem cultural, mas simultaneamente adaptadas à natureza dos objetos deste acervo específico. A monitorização do espaço e da coleção/espólio, e a mensagem de preservação, devem ser uma constante ao longo do processo interpretativo, assegurando a contínua proteção e salvaguarda dos bens/peças, sobretudo durante a permanência dos visitantes.

6.4. OBJETIVOS

6.4.1 Objetivo principal

Estudar a história e dinâmica da arte de ourivesaria de Gondomar divulgando e disseminando junto da comunidade, como património cultural.

6.5. ESTRUTURA FUNCIONAL E DISCIPLINAR

6.5.1 Disciplinas e áreas disciplinares

História de Gondomar; Património Cultural de Gondomar; Artes e Letras.

6.5.2 Funções instaladas

O equipamento terá de diferenciar-se dos museus e devido à tipologia a atividade principal, fundada na interpretação, terá de estar associado à exposição, comunicação e educação, sustentando as suas ações na investigação e documentação relacionadas com as áreas disciplinares e conteúdos docentos de interpretação. O cumprimento de outras necessidades e funções da modalidade interpretativa poderá passar pelo estabelecimento de parcerias com instituições análogas (museus relacionados com as temáticas em discussão, fundações, etc.), cujas sinergias possam igualmente ser aplicadas em projetos futuros e de intercâmbio a nível

expositivo, de investigação, de empréstimo de espaços ou mesmo de financiamento. Neste domínio, o CINDOR, a DRCN e a AORP, entre outras instituições, bem como os departamentos das universidades e politécnicos que lecionem cursos ligados às Artes e Letras, e outros centros ligados a rotas que o CICOG venha a integrar, poderiam constituir-se, respetivamente, como aliados preferenciais nos diversos projetos.

6.5.3 Atividades de base

A atividade primária do centro de interpretativo será uma exposição permanente que tente reconstituir o ambiente de uma oficina de ourives, com cenários, objetos, sons e imagens que ajudem a perceber o trabalho rigoroso e de minúcia dos ourives; bem como as várias fases de aprendizagem do ofício e outras particularidades ligadas a este tema; expondo também peças provenientes de arquivos particulares e projetando testemunhos de artistas e formadores.

O CICOG deverá também possibilitar a organização de exposições temporárias relacionadas com a temática principal ou de ações destinadas a complementar e a apoiar a atividade de base (oficinas, conferências, ateliers, etc.).

6.6. ARQUITETURA: INFRA-ESTRUTURA E ÁREAS FUNCIONAIS

6.6.1 Edifícios e espaços

Numa primeira fase, o CICOG poderá instalar-se num espaço cedido pela Câmara Municipal de Gondomar, ou outra instituição do concelho que tenha salas disponíveis, no entanto idealmente poderia ser reabilitado um edifício existente, ou edificado um espaço criado de raiz para este efeito.

6.6.2 Estrutura e organização territorial

O percurso expositivo deverá desenvolver-se numa visita realizada num único piso, e o Centro deverá ter um espaço exterior ajardinado que possibilite desenvolver algumas atividades com crianças, ao ar livre.

6.6.3 Espaços e funções

Ainda que nesta fase seja precoce, projetamos um edifício que deve ter uma sala de exposição; uma sala de reunião, debate e pesquisa; uma sala de biblioteca/arquivo e consulta; uma sala para visionamento de imagens e filmes; um pequeno auditório; uma sala para realização de oficinas; instalações sanitárias para visitantes e funcionários; um espaço de bengaleiro e loja; copa; dispensa; vestiários e um espaço ajardinado/jardim interior. Sempre, tudo com acesso a pessoas de mobilidade reduzida e necessidades especiais.

6.7. MODELOS DE GESTÃO

6.7.1 Tutela e estrutura orgânica

A considerar, dependentes da aceitação do projeto e entidades envolvidas, mas possivelmente da Câmara Municipal de Gondomar.

6.7.2 Órgãos de gestão

Um responsável/diretor do centro interpretativo.

6.7.3 Instrumentos de gestão

Plano de atividades; relatório de atividades; plano estratégico, etc.

6.7.4 Recursos humanos

Esta é uma matéria sensível que requer uma cuidadosa seleção dos intervenientes em função das suas competências, as quais se revelam fundamentais para atingir as metas traçadas e para

se obter um ambiente harmonioso de constante interação entre todos os membros da equipa. Numa fase inicial de arranque do projeto, sem um centro de visitantes aberto permanentemente, a maior parte das atividades a desenvolver serão de cariz intelectual (planeamento, investigação, reuniões, etc.), podendo ser realizadas em gabinetes fornecidos pela instituição que virá a tutelar o CICOG. A equipa responsável pela génese do centro de interpretação deverá ser constituída por um mínimo de três pessoas, recomendação patente igualmente no manual *Heritage Interpretation Centres: The Hicira Handbook*

6.7.4.1. Um dirigente – *“director-manager head of the heritage project / heritage manager / cultural manager specialised in heritage management”* (Tugas *et al*, 2005, 57), com formação superior (na área da História, Património ou Museologia) e detentor de competências no domínio da gestão cultural e/ou gestão de património, que seja responsável pela definição, execução e implementação do projeto (ou se o projeto for encomendado, que o possa supervisionar) e também pelo planeamento estratégico e pelos recursos humanos;

6.7.4.2 Um técnico / coordenador com a mesma formação – *“head of the interpretation mediator-heritage animator. Heritage managers specialised in interpretation-heritage education professionals.”* (*Idem*). Preferencialmente, deve possuir experiência no desenvolvimento de projetos interpretativos e educativos e conhecimentos na área da gestão e marketing cultural, responsabilizando-se pela conceção e coordenação dos programas interpretativos, pela condução das atividades diárias do centro de interpretação e ainda pela avaliação e monitorização dos resultados.

6.7.4.3 Guias-intérpretes/Mediadores – *“Guide/interpreter-heritage educators.”* (*Idem*) para integrar o serviço educativo, onde irão conduzir visitas guiadas e participar em outras. O número de guias será proporcional à dimensão e necessidades educativas e interpretativas do equipamento.

6.7.5 Recursos económicos

A considerar, dependentes da aceitação do projeto e entidades envolvidas, mas possivelmente da Câmara Municipal de Gondomar, com recurso a orçamentos anuais; fundos e incentivos à cultura e programação cultural, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto aqui apresentado, reúne dados que, do nosso ponto de vista, justificam a criação do Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar, com o objetivo de preservar e disseminar as memórias e o património cultural da região.

A redação deste trabalho revelou-se uma tarefa longa e difícil, mas muito desafiante. A bibliografia recolhida prende-se essencialmente com as temáticas ligadas à ourivesaria, contemplando o aparecimento das primeiras peças, marcas, desenhos, tipologias, artistas, oficinas, contrastarias e uso, entre outros temas, que constituem referências fundamentais neste estudo. No entanto, relativamente ao ofício de ourives, tivemos maior dificuldade, já que um dos objetivos era realizar entrevistas e as contingências de estarmos a viver uma pandemia impediram essa recolha. Os inquéritos realizados na rede social *facebook*, não reuniram dados suficientes para análise, dado que obtivemos pouca participação. Assim, tivemos que nos concentrar na leitura de estudos que referiam o trabalho dos artesãos.

A matéria que consideramos ser um extraordinário e notável tipo de património que importa preservar, é um tipo de saber e conhecimento que faz sentido quando divulgado e transmitido dentro da comunidade e pela comunidade, e que se trata da herança cultural.

Pensamos por isso, que a criação de um centro interpretativo em Gondomar, chamado *Casa do Ourives* poderá facilitar a assimilação desta estrutura com um sentimento de pertença pela parte da comunidade.

Na primeira parte do documento detivemo-nos na reflexão sobre o património e respetiva preservação, analisando cartas e recomendações, que na atualidade reconhecem a importância dos legados materiais e imateriais deixados pelas populações, tal como o nosso objetivo de preservar a memória dos ourives de Gondomar.

Com o intuito de contextualizar o local de implementação e a comunidade, no capítulo seguinte, estudamos o concelho e os respetivos fatores de atratividade, de modo a revelar um pouco de história local e diversidade da oferta aqui existente, que constituem pontos relevantes deste território.

A parte central da investigação deteve-se no estudo do tema da ourivesaria, sua história e desenvolvimento em Gondomar, bem como as oficinas e a respetiva organização e

aprendizagem do ofício, na tentativa de ilustrar o significado, especificidade e mestria desta arte, que tantos artistas teve na região, pessoas que enaltecem o nome de Gondomar com o fruto do seu trabalho, e cujas obras vão além fronteiras.

Na parte final, apresentamos um conjunto de instituições que julgamos serem de maior importância na implementação do Centro, e que acreditamos serem de enorme ajuda no desenvolvimento do nosso projeto, seja no apoio à divulgação, como na ação conjunta de iniciativas que preservem e divulguem o património material e imaterial que tentamos proteger.

Por último, apresentamos a missão e a conceitualização do CICOG, resultado final da nossa investigação.

Pensamos que o resultado deste trabalho pode constituir um instrumento válido na conceção de um espaço dedicado ao território, às pessoas e à história da comunidade que se construiu em torno da atividade dos ourives; constituindo um local de documentação e partilha, em que através de um percurso interpretativo, a memória dos ourives de Gondomar seja conhecida e assimilada, preservada e divulgada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACS, L. (2019). *Os ofícios dos metais nas cidades medievais portuguesas: o caso dos ourives (1300-1499)*. Lisboa.
- ANDRADE, M. d. (1999). A ourivesaria de aparato e as artes da imprensa ao tempo do rei D. Manuel I. Uma abordagem. *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria* (pp. 107-119). Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo.
- ARIAS, P. G. (2002). *Antropología e Cultura - Una mirada crítica a la identidad, diversidad, alteridad y diferencia*. Quito - Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- BARROS, J. M. (2018). *Gestão Cultural e Diversidade do pensar ao agir*. Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais.
- BECK, L. e. (2002). *Interpretation for the 21st Century – Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture - 2nd edition*. Sagamore Publishers.
- BLAKE, J. (2002). *Developing a New Standard-setting Instrument for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. United Kingdom: UNESCO.
- BORDIEU, P. (1996). *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.
- CABRAL, C. B. (2011). *Património Cultural Imaterial. Convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.
- CANDAU, V. (Agosto de 2002). Sociedade, Cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade, nº79*.
- CANDAU, V. (Agosto de 2003). Educação escola e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*.
- CARDOSO, P. (1998). *Filigrana Portuguesa*. Porto: Lello Editores, Lda.

- CARTER, J. e. (2001). *A Sense of place: an interpretative planning handbook*. Scottish Interpretation Network.
- CARVALHO, A. A. (Abril de 2015). Diversidade Cultural e Museus no séc. XXI – O emergir de novos paradigmas. *Tese de Doutoramento*. Évora: Universidade de Évora.
- CARVALHO, P. (2005/2006). Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e noção do território. (C. d. Geográficos, Ed.) *Cadernos de Geografia nº 24/25*, pp. 209-223.
- COLE, M., SCRIBNER, S., & JOHN-STEINER, V. a. (1984). *Mind in Society – The development of higher psychological processes*. Harvard: Harvard University Press.
- COSTA, L. (1917). *A ourivesaria em Portugal*. Porto: Costa & Cia.
- COSTA, M. J. (2009). Tendências da joalheria contemporânea em Portugal. *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria* (pp. 287-299). Porto: Universidade Católica do Porto – CITAR.
- COSTA, P. F. (2009). *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação ; Softlimits.
- COUTO, J. (1960). *A ourivesaria em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CRUZ, A. (1986). A "marca" da cidade do Porto: o mais antigo contraste conhecido de Portugal (1402). *Actas do colóquio ourivesaria do norte de Portugal* (pp. 41-48). Porto: Fundação António de Almeida.
- DUARTE, A. (2009). O desafio de não ficarmos pela preservação do património imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Vol.I* (pp. 41-61). Porto: FLUP.

- DUARTE, A. (2012). Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local. *Series Iberoamericanas de Museología. Vol. 3*, pp. 133-142.
- DUARTE, G. (2011). *MANUEL ALCINO & FILHOS - HISTÓRIA, DESIGN E SUSTENTABILIDADE*. ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E DESIGN.
- DUARTE, L. M. (1986). *Os ourives e a Câmara do Porto no final da Idade Média*.
- FERREIRA, I. (2015). Criatividade nos Museus - Espaços entre e elementos de mediação. *Dissertação de Doutoramento*. Porto: FLUP.
- FORQUIN, J. (1993). *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FREITAS, R. A. (s.d.). Cultura e Aprendizagem. *Didática n.4*.
- HERNÁNDEZ, J. B., & TRESSERRAS, J. J. (2005). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- LOBO, M. N. (1998). O ENSINO DAS ARTES APLICADAS (ourivesaria e talha) NA ESCOLA FARIA GUIMARÃES DE 1884 A 1948. *Dissertação de Mestrado*. Porto: FLUP.
- LOVATO, A. S. (2010). AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL. *IV ENECULT*. Salvador-Bahia-Brasil: Facom-UFBa.
- LOWENTHAL, D. (1985). *The Past Is a Foreign Country*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- MACEDO, M. F. (1993). *Raízes do ouro popular do noroeste português*. Porto: Instituto Português dos Museus, Museu Nacional de Soares dos Reis.

- MAGALHÃES, C. e. (1997). *A arte da filigrana em Gondomar*. Gondomar: ARGO – Associação Artística de Gondomar.
- MARQUES, A. d. (2010). *A Sociedade medieval portuguesa – aspetos de vida quotidiana*. A Esfera dos Livros.
- MARQUES, A. O. (1974). *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana, Sá da Costa, Lisboa, 1974, página 155*. Lisboa: Sá da Costa.
- MARQUES, M. J. (fevereiro de 2011). Uma Arte da Cultura Popular Portuguesa: a filigrana – O caso de Gondomar. *Trabalho de pesquisa de Licenciatura*. Porto: FLUP.
- MARTINS, A. C. (2004). A MEMÓRIA DA RUÍNA OU A RUÍNA DA MEMÓRIA? *8ª Mesa Redonda da Primavera*, pp. 113-125.
- MEIRELES, J. M. (1986). O ensino e a ourivesaria. *Actas do colóqui ourivesaria do norte de Portugal*(pp. 271-274). Porto : Fundação Eng. António de Almeida.
- MIRANDA, M. (1998). *Guia práctica para la interpretación del patrimonio*.
- MOTA, R. M. (2011). *Glossário do uso do ouro no norte de Portugal*. Porto: Universidade Católica Editora.
- MOTA, R. M. (s.d.). O comércio de artigos de ourivesaria no Norte de Portugal (século XX): os ourives ambulantes e os ourives feirantes. *REVISTA DE ARTES DECORATIVAS nº 3*, pp. 253-284.
- OLIVEIRA, C. (1979). *O Concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos vol II*. Porto: COOPAG.
- OLIVEIRA, C. (1983). *O Concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos vol I*. Porto: Tipografia gráficos reunidos.

- OLIVEIRA, C. (1983). *O Concelho de Gondomar – Apontamentos Monográficos vol IV*. Porto: COOPAG.
- OOSTERBEK, I., & MARQUES, S. e. (2013). Os museus locais na formação da identidade cultural. *O Ideário Patrimonial* (pp. 57-62). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar.
- PEDROSO, S. (1999). *A carga cultural compartilhada: a passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira, Dissertação de Mestrado*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- SEMEDO, A. (2015). Representações e identidade em exposições de museus. *CLIO. History and History teaching*.
- SERRÃO, J. e. (2011). *Portugal – das origens à romanização* (Vol. Vol. 1 de: Nova história de Portugal. 2ª ed.). Lisboa: Editorial Presencça.
- SILVA, A. C. (1988). Ourivesaria Pré-romana do Norte de Portugal. Portugal. In: Ourivesaria do norte de Portugal. Porto: Separata, p. 75-87. *Ourivesaria do norte de Portugal. Porto: Separata*, pp. 75-87.
- SILVA, A. C. (1993). *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SOUSA, A. C. (1997). OURIVESARIA ESTAMPADA E LAVRADA – UMA TÉCNICA MILENAR NUMA OFICINA DE GONDOMAR. *Dissertação de Mestrado*. Porto: FLUP.
- SOUSA, G. V. (2004). A joalheria feminina e o seu significado social e económico em Portugal. *Separata da Revista InMuseu. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo (4ª série, nº13)*, pp. 17-18.
- SOUSA, G. V. (2012). Introdução. *Actas do III colóquio português de ourivesaria* (pp. 7-10). Porto: Universidade Católica Editora.

- SOUSA, G. V. (2015). A loja de um ourives da prata no Porto em 1820. O homem e os seus negócios. *ResMobilis Revista internacional de investigación en mobiliario y objetos decorativos -Vol. 4, nº. 4.*
- TASSO, I. E., LISS, M., & CAMPOS, J. G. (jan/jun de 2011). GLOBALIZAÇÃO CULTURAL, (DES)TERRITORIALIZAÇÃO E POLÍTICA LINGUÍSTICA EDUCACIONAL NA E PARA A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO INDIGENA. *Raído, n.9, v.5.*
- TILDEN, F. (1957). *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- TUGAS, P., & TRESSERRAS, J. &. (2005). *The Hicira Handbook*.
- UNESCO. (1989). RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR. *RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (2001). Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural. *Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural adotada pela Conferência Geral da UNESCO*. UNESCO, Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- UNESCO. (2001). Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural. *Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. UNESCO, Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- VALINHO, P. (2018). Edutainment: facilitação da aprendizagem? *Saber (E) Educar 13*, pp. 31-41.
- VIEIRA, H. I. (2009). *EXPOSIÇÕES - Formas de educar e comunicar em museus*. Porto: FLUP.
- VYGOTSKY, L. (1998). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. Em L. S. VYGOTSKY, *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos*. S.Paulo: Martins Fontes.

WEBGRAFIA

UNESCO. (2001). Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural. Atenas Obtida de <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-diversidadecultural.pdf> [consultado em 02/11/2020]

UNESCO. (1989). RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR. Paris Obtida de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069> [consultado em 02/11/2020]

UNESCO. (1972). Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Atenas Obtida de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf> [consultado em 02/11/2020]

UNESCO (2003). Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial. Seul obtido de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [consultado em 02/11/2020]

DIAGNOSTICO SOCIAL DO MUNICIPIO DE GONDOMAR. (2017). Obtido de <https://www.cm-gondomar.pt> [consultado em 11/10/2020]

PANFLETO COMEMORATIVO DO 125 ANOS DA ESCOLA SUPERIOR ARTISTICA SOARES DOS REIS. Obtido de <https://ubibliorum.ubi.pt/> [consultado em 28/11/2020]

M

MESTRADO

PATRIMÓNIO, ARTES E TURISMO CULTURAL

Centro Interpretativo Casa do Ourives de Gondomar
Catarina da Conceição Fonseca Lourenço dos Santos